



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

Relatório de Estágio

Embaixada de Portugal em Paris

Andreia Cunha Ramos

Relatório para obtenção do Grau de Mestre em
Relações Internacionais
(2º ciclo de estudos)

Orientadora: Professora Doutora Teresa Cierco
Co-orientador: Professor Doutor Guilherme Marques Pedro

Covilhã, maio 2014

Dedicatória

Em Memória dos meus queridos Avós.

Agradecimentos

O Estágio na Embaixada de Portugal em Paris é o reflexo de esforço e dedicação provenientes da minha orientadora e professora Doutora Teresa Cierco, a quem agradeço a oportunidade que me proporcionou de formar laços, desenvolver competências e ganhar experiência no mercado de trabalho. E, no âmbito afetivo por todo carinho e apoio prestado.

Aos meus pais e irmão pelo amor incondicional.

Aos meus tios e primos em França por todo o apoio disponibilizado e acolhimento prestado ao longo de três meses concomitantes com o estágio na Embaixada de Portugal em Paris. Sem eles a realização do estágio seria inexecutável.

Devo reconhecer igualmente o apoio de todos os meus colegas da Embaixada. Fiz novas amizades que certamente guardarei com todo o carinho no meu coração. Sem eles a passagem pela Embaixada seria insípida, pois foi com os meus colegas que muito aprendi, cresci individualmente e profissionalmente. Talvez tenha sido a experiência mais enriquecedora e de maior orgulho. Obrigada Liliana e Helena, as minhas colegas do Gabinete de Apoio e das quais passei os melhores momentos de trabalho. Em especial à Liliana que enfrenta a maior batalha da sua vida.

Não devo esquecer dos meus outros colegas, uns mais que outros, foram partilhando comigo momentos de amizade e aconchego. Trabalharam comigo, ensinaram-me, apoiaram-me e confiaram no meu trabalho. A todos eles o maior bem-haja: Paula, Sr. André, Cândido, D. Dulce, D^a Emília, Sr. Fernando, Sr. Francisco, Sr. Luís, Sr. Godinho e Dr. Jorge Portugal Branco e aos demais auxiliares da Residência do Exmo. Senhor Embaixador.

Reconheço nas Diplomatas da Embaixada um esforço de preocupação e zelo, Dra. Ana Paula Moreira, Ministra-Conselheira, Dra. Matilde Salvação Barreto e Dra. Lídia Nabais, Secretárias de Embaixada. Complementaram os meus conhecimentos de Diplomacia, proporcionando, inclusive, a presença em Conferências e Briefings de interesse político e económico no *Secrétariat Général des Affaires Européennes*.

Ao Sr. Embaixador José Filipe Moraes Cabral e à sua esposa Lydia Reinhold pelo afeto demonstrado e pelas regalias proporcionadas que de outra forma nunca poderia usufruir.

Por fim e não menos importante, aos meus amigos que compreenderam a minha ausência ao longo desta etapa e que de uma forma ou de outra caminharam comigo neste percurso. Cito:

David, Marisa, Sofia, Ângela, Xavier, Luiza, Edgar, Micael, Sandra, Titi, Carlos David e demais primos e tios.

Bem hajam!

Resumo

O Estado, qualquer que seja, necessita de se relacionar com outros atores das Relações Internacionais a bem da sua integridade e interesses. Desenvolvem, por isso, relações económicas, políticas, sociais e outras, pois isolados não subsistiriam.

Compete à Embaixada a promoção de relações amistosas entre o Estado acreditado e o Estado acreditante, e a representação do seu Estado em assuntos de cariz político, diplomático, económico, cultural e de defesa, num plano bilateral.

Cabe-lhe ainda a função de informar não só o Estado português como todas as Embaixadas e Representações portuguesas, de todos os desenvolvimentos políticos, económicos ou sociais que sejam pertinentes.

De facto, a Embaixada de Portugal em Paris, representada pelo Sr. Embaixador Moraes Cabral, torna-se num intermediário do Estado português em França.

Apesar do papel fundamental da Embaixada na defesa dos interesses do Estado Português, esta fornece ainda apoio administrativo e social à comunidade Portuguesa - não descurando das competências e obrigações dos Consulados a este nível.

O Estágio Curricular na Embaixada de Portugal em Paris resultou do interesse de presenciar a representação e promoção do Estado português através da Missão Diplomática, por esta estar diretamente relacionada com o sucesso ou insucesso da política externa. Este relatório é, desta forma, produto de três meses de experiência e de conhecimento profissional, que permite terminar o Mestrado de Relações Internacionais na Universidade da Beira Interior.

Palavras-chave

Diplomacia; Embaixada; Cooperação; Relações Bilaterais; Portugal; Paris.

Abstract

Any State needs to develop relations with other with other actors in International Relations, to improve and maintain their integrity and interests. Economic, political, social and other kinds of relationships are created, since isolated nations aren't able to subsist.

It is the Embassy's responsibility to promote friendly relations between the receiving state and the sending state, as well as representing the nation in political, diplomatic, economic, cultural and military matters, bilaterally.

It is also responsible of informing, not only the Portuguese State, but also all the embassies and Portuguese representations, about political, economic or social developments considered relevant.

In fact, the Embassy of Portugal in Paris, represented by Mr. Ambassador Moares Cabral, becomes an intermediary of the Portuguese State in France.

Despite the fundamental role of the Embassy in defending the interests of the Portugal State State, it also supports, both administratively and socially, the Portuguese community, without putting aside the Consulate's competences and obligations.

The curricular internship in the Portuguese Embassy in Paris appears from the interest to witness the representation and promotion of the Portuguese State through the Diplomatic Mission, for its relation with the success, or failure, of external politics.

This report consists in experience and professional knowledge of three months, awarding the Masters in International Relations at the University of Beira Interior.

Key-words

Diplomacy, Embassy, Cooperation; Bilateral Relations; Portugal; Paris.

Índice

| | |
|--------------------------------------------------------------|-----|
| Índice geral | XII |
| Lista de Figuras | XIV |
| Lista de Acrónimos | XV |
| Lista de Anexos | XVI |
| INTRODUÇÃO | 17 |
| CAPÍTULO I - DIPLOMACIA | 19 |
| 1.1 Enquadramento Teórico: Realismo | 19 |
| 1.2 Conceptualização de Diplomacia | 21 |
| 1.2.1 Conceito | 22 |
| 1.3 Evolução da história diplomática entre Portugal e França | 23 |
| CAPÍTULO II - MISSÃO DIPLOMÁTICA | 25 |
| 2.1 Exercício da Missão Diplomática | 25 |
| 2.2 Embaixada de Portugal em Paris | 27 |
| 2.2.1 História do Edifício | 28 |
| 2.3. Organização | 29 |
| 2.4. Atividades | 32 |
| CAPÍTULO III - AS RELAÇÕES PORTUGAL-FRANÇA | 35 |
| 3.1 Contextualização Histórica | 35 |
| 3.2 A Comunidade Portuguesa | 36 |
| 3.3 Relações Bilaterais e Cooperação | 37 |
| CAPÍTULO IV - ESTÁGIO CURRICULAR | 40 |
| 4.1 Projeto de Estágio: objetivos e metodologias | 40 |
| 4.2 Atividades de estágio | 41 |
| 4.3 Avaliação Crítica | 44 |

| | |
|----------------------|----|
| 4.3.1 Análise SWOT | 45 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 47 |
| BIBLIOGRAFIA | 49 |
| ANEXOS | 53 |

Lista de Figuras

- Figura 1 Corpo Diplomático da Embaixada de Portugal em Paris
Figura 2 Assistentes da Missão Diplomática

Lista de Acrónimos

| | |
|---------------|----------------------------------------------------------------------|
| AICEP | Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal |
| Art.º | Artigo |
| CPLP | Comunidade de Países de Língua Portuguesa |
| Et.al. | Entre outros. |
| IDE | Investimento Direto Estrangeiro |
| I.e. | Em outros termos |
| IMTT | Instituto de Mobilidade de Transportes Terrestres |
| MNE | Ministério dos Negócios Estrangeiros |
| OECE | Organização para a Cooperação Económica |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OTAN | Organização do Tratado Atlântico Norte |
| PALOP | Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| USEN | Unidade de Sobrevoos e Escalas Navais |
| Séc. | Século |
| SEXA | Sua excelência |
| SWOT | Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats |

Lista de Anexos

| | |
|----------------|-----------------------------------------------------|
| Anexo A | Formulário de Bolsas de Estudo |
| Anexo B | Os Acordos Bilaterais |
| Anexo C | Exemplo de Ofício de troca de Cartas de Condução |
| Anexo D | Exemplo de Ofício de Pedido de Paradeiro |
| Anexo E | Exemplo de Ofício de Mala |
| Anexo F | Página <i>web</i> da Embaixada de Portugal em Paris |

Introdução

«A persistência é o menor caminho do êxito»
Charles Chaplin

As relações político-diplomáticas entre Portugal e França são, desde há muito, relações próximas, evidenciadas pela extensa Comunidade Portuguesa a residir em França. O vínculo histórico entre estes dois países é muito anterior às emigrações e aos acordos bilaterais que atualmente dispõem. O vínculo compreende relações hostis até ao século XX que culminam com a adesão de Portugal e da França a Organizações Internacionais. Entre estas, destacam-se a Organização do Tratado Atlântico Norte, OTAN (1949); a Comunidade Económica Europeia (França em 1957; Portugal em 1986) atualmente União Europeia e, a criação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico de 1961 (antiga Organização para a Cooperação Económica, OECE, criada em 1948).

A escolha pela realização do Estágio Curricular na Embaixada de Portugal em Paris enquadrou-se na conclusão do Mestrado de Relações Internacionais, motivada pela necessidade de observar e analisar a consistência das relações político-diplomáticas entre Portugal e França. Para além da vontade em desenvolver competências no ramo diplomático, político e profissional, adquiridas ao longo de quatro anos de ensino Universitário na Universidade da Beira Interior.

A realização deste estágio decorreu entre outubro e dezembro de 2013 e esteve sob orientação da Dr.^a Matilde Salvação Barreto, Primeira Secretária da Embaixada de Portugal em Paris. Entre outros resultados, este estágio permitiu ganhar experiência e aprofundar conhecimentos sobre as funcionalidades de uma Embaixada, assim como, desenvolver contactos profissionais e pessoais que podem vir a ser úteis no futuro. Foi, sem dúvida, gratificante, presenciar a representação e promoção de Portugal e dos seus interesses junto do governo francês.

A metodologia utilizada é resultado de uma investigação qualitativa, através da análise descritiva. Assim, recorreu-se à pesquisa e análise documental na preparação do Capítulo I, II e III por intermédio de livros, documentos oficiais, acordos e protocolos em suporte papel e digital - disponibilizados na Embaixada de Portugal em Paris, no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e na internet. Alguns dos dados mencionados ao longo do relatório foram obtidos através da observação participante, proporcionada pela interação das funções desenvolvidas pela estagiária na embaixada portuguesa.

O presente Relatório de Estágio apresenta-se estruturado por quatro capítulos que atravessam questões de fundo teórico, histórico e empírico.

O *Capítulo I - Diplomacia*, é orientado para uma breve contextualização, conceptualização e importância da *Diplomacia* no domínio das relações entre países. Neste contexto, importa estabelecer a teoria que, no âmbito da área científica das relações

internacionais, se enquadra na atividade da diplomacia. A Teoria Realista, centrada nas relações de Poder que a nível internacional se desenrolam através da diplomacia e a nível estratégico e militar (Lacerda, 2006), foi a escolhida. O Estado tem como interesses fundamentais a Segurança, a Guerra e a Paz. Cabe-lhe o poder de decisão em prol da sua própria segurança (Rodrigues, 2004: 16 e ss). Neste capítulo são abordados, entre outros, autores clássicos: Hans Morgenthau e Raymond Aron para entender as relações entre os Estados e o papel da Diplomacia. Seguidamente, desenvolve-se o conceito de Diplomacia e a sua importância desde o Antigo Egipto à atualidade. O capítulo termina com uma breve síntese da história diplomática entre Portugal e França.

O *Capítulo II - Missão Diplomática*, é direcionado para a caracterização da Embaixada de Portugal em Paris. São apresentadas as funções da missão supramencionada, a sua localização, as suas características e atividades por ela realizadas.

No *Capítulo III - As Relações Portugal-França*, faz-se menção, numa primeira parte, à contextualização histórica entre os dois países, à extensa comunidade portuguesa residente em França e, por fim, à cooperação e relações político-diplomáticas existentes entre os dois países.

No último capítulo - *Atividades de Estágio*, serão descritos, numa primeira fase, os objetivos ambicionados e a metodologia utilizada na elaboração deste relatório. Posteriormente, procede-se a uma descrição extensiva e respetiva análise das atividades realizadas nos vários serviços e eventos da Embaixada. No término deste capítulo, é elaborado um balanço e uma análise crítica, reflexo de três meses de estágio. Nesta análise são retratadas as perspetivas iniciais, o balanço das atividades desenvolvidas e a sua contribuição para o desenvolvimento profissional, prático e teórico da estagiária. No âmbito destas atividades foram encontrados alguns problemas que, na sua ótica, podem dificultar a comunicação da Embaixada para a Comunidade Portuguesa e demais interessados.

Espera-se que o Estágio na Embaixada de Portugal em Paris e a realização do presente relatório contribua positivamente na obtenção de novos conhecimentos e desperte o interesse pela atividade da Diplomacia.

Capítulo I - Diplomacia

1.1 Enquadramento teórico: Realismo

O estudo das Relações Internacionais é fruto da necessidade de compreender as transformações existentes do sistema internacional e do relacionamento entre os vários atores. Ao longo dos tempos houve uma evolução nesse estudo. Os atores deixaram de ser só os Estados, como a principal vertente de relações, e surgiram outros novos: as Organizações Internacionais (OI), governamentais e não-governamentais, as empresas multinacionais e outros. Também as teorias existentes que acompanham a evolução dos fenómenos mundiais foram evoluindo, sofrendo, inclusivamente, de algumas mutações (Marinho, 2008: 16).

Em síntese, sempre se estudaram¹ as relações que os Estados tinham uns com outros, porém, e de forma gradual, foi-se dando importância a esse estudo. A viragem deveu-se à Primeira Guerra Mundial movida por terra, mar e pelo ar e, em virtude do seu carácter industrial e tecnológico, surgiram poucas respostas que explicam o acontecimento. A sua amplitude apenas evidenciou a incapacidade das teorias e das abordagens existentes em explicar o fenómeno desencadeado “pela expansão da rede de trocas e de fluxos de capitais da economia internacional, bem como pelo surgimento de novas potências” (Gonçalves, s.d.: 13).

As ciências que estudavam e explicavam os acontecimentos e fenómenos registados no mundo eram inicialmente o “Direito Internacional, a Diplomacia e a História Diplomática” (Gonçalves, s.d.: 13). Porém, a necessidade de novas explicações e teorias que respondessem ao desenrolar das relações entre Estados, possibilitou a criação de uma nova disciplina que desse continuidade ao estudo dessas relações. A inevitabilidade de formar uma nova disciplina, Relações Internacionais, traduz-se atualmente na procura de teorias com o propósito de dar respostas aos novos desafios, que proporcionados pela constante mudança dos paradigmas mundiais.

No período que antecedeu à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) as principais correntes e teorias das Relações Internacionais baseavam-se apenas em contextos militares e tinham como único ator o Estado. Contudo, após esse período e o surgimento da Guerra Fria, que separou o Mundo em dois Blocos, foi novamente necessário explicar o fenómeno da divisão do mundo em duas frentes, a socialista e a capitalista. O Estado deixou de ser o ator principal e surgiram novos conceitos, novos atores e novas teorias para a explicação do

¹ Segundo Marcus Castro na publicação n.º 20 *De Westphalia a Seattle: A Teoria das Relações Internacionais em transição*: as relações internacionais sempre se estudaram, porém foi após o Tratado de *Westphalia* em 1648 que se estabeleceram os Estados territoriais, no qual todos os Estados são soberanos e não estão submetidos a nenhuma ordem ou soberania mundial. É também através do Tratado de *Westphalia* que os soberanos e os estudiosos passam a dar importância à Paz e à Guerra entre Estados (Castro, 2001:7).

fenómeno. Assim as Relações Internacionais abrangeram novos conceitos, mais alargados e mais complexos, passível de interpretações diversas (Marinho, 2008: 18).

Após o estudo das várias correntes das Relações Internacionais considerou-se que, a que mais se adaptaria na Diplomacia seria o Realismo, pois os seus interesses centram-se na segurança, na guerra e na paz do Estado.

Hans Morgenthau, pensador da corrente Realista, definiu os princípios que caracterizam o Realismo, da seguinte forma: leis objetivas, pois as relações entre os Estados tendem a ter comportamentos definidos pela própria sociedade (Duarte, 2011: 5); poder, como principal interesse do Estado e usado em benefício da sua própria segurança (Duarte, 2011: 5); questões morais, pois os interesses dos Estados nem sempre se identificam com os princípios morais do “Universo” (Morgenthau, 2003: 19); e, superioridade do realismo político sobre todas as outras escolas (Duarte, 2011: 5).

Duarte, citando Raymond Aron e Hans Morgenthau, destaca o papel da diplomacia na condução da política internacional em tempos de paz. As relações existentes entre os Estados são orientadas pelos diplomatas que procuram prosperar os interesses do seu Estado. Enquanto que, a condução dessa política, em tempos de guerra, é dirigida pelos militares e estrategistas (Duarte, 2011: 7 e ss.).

Aron (2002) reconhece na Diplomacia e na Estratégia, apesar de distintas, uma base fundamental para o relacionamento entre os Estados (Aron, 2002: 53). O Poder da Estratégia permite aos Estados que, mesmo em tempos de Paz, e usufruindo de meios diplomáticos, não descurem do recurso às armas, a título de ameaça (Aron, 2002: 72 e ss.)

Em tempos de guerra, a Diplomacia, aliada da política e estratégia, continua na condução das relações entre Estados, mesmo que sejam relações com Estados inimigos visto que a diplomacia pode adquirir um papel de ameaça ou de Paz, i.e., a estratégia da diplomacia pode funcionar sob a forma de ameaça ou numa perspectiva de paz (Aron, 2002: 73).

Em suma, o Estado é autónomo e o poder que possui é usado em benefício da sua própria segurança (Rodrigues, 2004: 16 e ss). Como o sistema internacional é anárquico, todos os Estados soberanos têm o seu próprio poder para a tomada de decisões e, a sua segurança pode assentar na sua própria força e na fraqueza dos outros Estados (Duarte, 2011: 8).

Desta forma, um Estado não deverá confiar num outro Estado o seu próprio bem-estar e segurança (Rodrigues, 2004: 17). Portanto, as relações entre os Estados são relações de poder, que através da política se exprimem por intermédio da “Diplomacia” e da “Estratégia” (Lacerda, 2006:57).

1.2 Conceptualização de Diplomacia

Os Estados sempre procuraram relacionarem-se com outros Estados² através de relações de cariz económico, político, social ou outro. Na generalidade todos os Estados precisam de manter contactos com outros Estados ou atores do sistema internacional, pois não subsistem isolados entre si.

Considera-se, com a descoberta arqueológica das «Lettres d'Amarna³», que as relações estatais sempre existiram, fossem de cariz pontual ou permanente. Estas cartas dizem respeito a uma panóplia de relações diplomáticas no Egito existentes por volta de 1300 a.C. (Pantalacci, 2008: 15).

Os registos encontrados nas Cartas de Amarna abordam cerca de 30 anos de História diplomática, correspondências, práticas administrativas e intercâmbios diplomáticos entre o Egito e o estrangeiro. Consegue-se perceber que estas relações diplomáticas baseavam-se em acordos *de* «périodiques d'allégeance, elle offrait au souverain et à son administration un outil fiable dans la gestion des relations internationales⁴» (Pantalacci, 2008: 26). Para os soberanos egípcios, estes acordos periódicos resultavam em relações de confiança entre Estados.

Mais tarde, e segundo José Calvet de Magalhães, no seu livro *A Diplomacia Pura*, as civilizações da Antiguidade Grega e Romana predisuseram-se a enviar intermediários ou diplomatas para outros países a fim de obterem determinadas negociações, normalmente pontuais e que desenvolvessem contiguidade (Magalhães, 2005a: 76). Contudo, só na Idade Moderna, e após algumas tentativas no passado de negociações e relacionamentos diretos, é que se estabelece o «princípio das representações diplomáticas permanentes ou dos embaixadores residentes» (Magalhães, 2005a: 76). É desta forma que se anuncia o reconhecimento de manter contactos permanentes e não contactos pontuais como até aqui se consideravam.

Com a Convenção de Viena (1961), os Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) acordaram, no âmbito das relações diplomáticas, normas que regem as relações, os privilégios e as imunidades diplomáticas entre as Nações. A Convenção assume que as normas e os princípios auxiliam «o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações, independentemente da diversidade dos seus regimes constitucionais e sociais» (ONU, 1961). Após a sua entrada em vigor, 24 de abril de 1964, todas as normas, regras e relações diplomáticas entre Estados foram estabelecidas. Os Estados são soberanos entre si e a todos eles são reconhecidos os estatutos de agentes diplomáticos (ONU, 1961). E, todos os

² Os Estados têm o direito de fazer guerra, de celebrar acordos, tratados e convenções e «o direito de enviar e receber representações diplomáticas» (Sousa, 2008: 78).

³ Tradução à letra: Cartas de Amarna.

⁴ Tradução à letra: «... fidelidade periódica, oferecendo ao soberano e à sua administração uma ferramenta confiável na gestão das relações internacionais».

problemas e questões de carácter internacional deverão ser resolvidos por meios pacíficos ao abrigo do Direito Internacional e da Justiça⁵ (ONU, 1969).

A Diplomacia assume-se então como multilateral através da formação de várias organizações internacionais (Magalhães, 2005a: 76). A Diplomacia tinha inicialmente uma vertente bilateral, uma vez que os relacionamentos eram exclusivamente entre Estados. Com as Organizações Internacionais introduz-se no conceito de Diplomacia a vertente multilateral (Moreira; Lech, 2004).

1.2.1 Conceito

É inexequível conseguir conceptualizar a palavra *Diplomacia*. É um conceito em constante mutação, que ao longo dos séculos foi agregando novos termos e definições consoante a época. Elementarmente, no dicionário *online* da Porto Editora, Diplomacia está definida como sendo uma ciência e uma arte que representa todos os interesses de um Estado num outro Estado (Infopédia, 2013).

De acordo com o Dicionário de Relações Internacionais, o conceito de Diplomacia surge como um instrumento que favorece a política externa dos Estados (Sousa, 2008: 64). Um Estado, por meio de intermediários, desenvolve contactos com outro Estado ou outro ator do Sistema Internacional. Estes contactos ou relações podem ser de ordem bilateral ou multilateral consoante os atores envolventes. Com a evolução e diversidade das relações e dos atores internacionais é muito comum que se desenvolvam relações no âmbito multilateral (Sousa, 2008: 64).

No livro *A Diplomacia Pura* de José Calvet de Magalhães, a conceção de Diplomacia surge como sendo um «instrumento ao serviço da política externa» que coloca em «contacto os governos de dois ou mais Estados» gozando da possibilidade de negociação (Magalhães, 2005a: 84 e ss.). Para o mesmo autor, a relação entre os diferentes Estados, que deverá ser pacífica, terá «agentes diplomáticos» reconhecidos igualmente pelas partes, com o papel de representação do Estado (Magalhães, 2005a: 92 e ss.).

Os representantes de Estado ou Chefes de Missão estão compreendidos pelo Direito de Legação. Todo o Estado tem o direito de enviar os seus representantes bem como de os receber à luz da Lei da Convenção de Viena (Serrano, 2011: 327).

Finalizando, a Diplomacia será um «instrumento dos Estados e dos sujeitos reconhecidos pelo Direito Internacional (como as Organizações Internacionais) para, através de representantes mutuamente aceites e de forma predominantemente pacífica, cooperarem no quadro da legalidade internacional para defesa e harmonização dos respectivos interesses» (Neves, 2011:70).

⁵ Estabelecidos pela Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, em vigor desde 23 de maio de 1969.

1.3 Evolução da história diplomática entre Portugal e França

Compete a este subcapítulo, o papel de desempenhar a ligação e a evolução histórica e diplomática entre Portugal e França. Estas relações não se iniciaram apenas no século XVII, porém, para a realização do presente relatório apenas foram considerados, cronologicamente, alguns períodos desse século em diante.

Até ao séc. XX as relações são, essencialmente, disformes, porque Portugal aliava-se à Inglaterra sempre que a França se aliava à Espanha; e, sempre que a Espanha se aproximava da França, Portugal aliava-se à Inglaterra (Fontes, s.d.).

No século XVII, período da Restauração, o trono português era ocupado por reis espanhóis e, por essas vicissitudes, o reino acabou por perder a identidade e autonomia administrativa e financeira. O rei português obedeceu durante muitos anos às limitações das funções de rei, compromisso assumido em 1581 (Saraiva, 1986: 200).

O novo estatuto, definido pelo rei Filipe II (Filipe I em Portugal) resumia-se a «duas preocupações fundamentais: por um lado, dar satisfação às classes superiores (...); por outro, garantir a autonomia administrativa portuguesa» (Saraiva, 1986: 201).

José Hermano Saraiva (1986) distingue dois períodos no domínio filipino: de 1580 a 1620 e de 1620 à Revolução Francesa (Saraiva, 1986: 202). Estes dois períodos são distintos, o primeiro é caracterizado pela reorganização da administração e melhoria da economia portuguesa ao longo do reinado de Filipe II. O segundo período corresponde à crise económica espanhola e ao agravamento da carga tributária, desrespeitando o acordo inicial (Saraiva, 1986: 203 e 204).

Aquando a Revolução da Independência, 1 de dezembro de 1640, no qual se opuseram os dois países ibéricos, D. João IV chega ao trono com a vontade de reaver o reconhecimento perdido no seio da Europa (Magalhães, 1990: 69 e ss.). Neste período conturbado em que Portugal e Espanha estiveram impetuosos, assistia-se também à Guerra dos Trinta Anos. Portugal, considerando a sua entrada inevitável, alia-se à França, principal opositor da Espanha neste conflito (Magalhães, 1990: 69 e ss.).

Ainda durante a agitação política existente na Europa, Portugal envia emissários representantes de Portugal para França, para objetivar uma aliança. Pois, Portugal tinha acabado de se tornar independente de Espanha e procurava novos aliados e reerguer as suas relações diplomáticas. A 1 de junho de 1641 assina-se Tratado de Confederação e Aliança (Tratado de Amizade entre Portugal, através de D. João IV, e a França, através de Luís XIII), perante o qual a França «prometia fazer todo o possível, quando se concluísse a paz com a Espanha, para ficar com a liberdade de assistir Portugal caso os seus aliados quisessem assumir igual obrigação» (Magalhães, 1990: 71).

Porém, a História confirma que a aliança entre a França e a Espanha, ao longo dos anos, foi adquirindo o estatuto de relação incerta, pois consoante os interesses de cada Estado, estes ora eram aliados, ora rivais (Magalhães, 1990:71).

Em 1659, a França e a Espanha assinam um acordo de Paz (Tratado dos Pirenéus) que assinala o fim da Guerra dos Trinta Anos. Nesse Tratado, a França estava disposta a cessar o apoio a Portugal (Saraiva, 1986: 210). As relações entre os dois países dissiparam-se, e a França aconselhou Portugal a redimir-se a Espanha e evitar uma nova reconquista. Portugal não se redimiria nem perderia a sua identidade ou soberania, com ou sem apoio da França (Magalhães, 1990: 75).

Com o fim da Revolução Francesa, séc. XVIII, e a ascensão de Napoleão Bonaparte em inícios do séc. XIX, Portugal vê-se envolvido em novos conflitos internacionais. É incitado, através do Bloqueio Continental, abandonar a “eterna” aliança com a Inglaterra, fechar os Portos portugueses à navegação inglesa e impedir o seu comércio (Outeirinho, 2012: 72). A confiança manifestada nesta aliança conduziu Portugal à não cedência e, como consequência é invadido pela França e pela Espanha (Magalhães, 1990: 124). A estratégia da França para isolar a Inglaterra e atingir a sua economia, fez de Portugal um meio para atingir um fim (Outeirinho, 2012: 72).

No séc. XX, Portugal surge ao lado da França e da Inglaterra na Primeira Guerra Mundial (1914-1919). Intervir ao lado de Inglaterra, num conflito mundial, pareceu a Portugal o meio de afirmar a sua aliança com a Inglaterra. Porém, a Inglaterra não se mostrou interessada em invocar a “velha” aliança como pretexto de Portugal entrar na Primeira Guerra Mundial (Ramos, 2009: 605 e 606).

Atualmente, Portugal e França mantêm relações bilaterais e diplomáticas muito próximas, embora, durante vários anos a história os tenha mantido separados. Estas relações estão patentes nos acordos bilaterais em diversos domínios (ver anexo A), concretamente, de índole económico, educacional, social, político, nas estruturas internacionais às quais pertencem, nas trocas comerciais, no turismo e da existência de uma vasta Comunidade Portuguesa (Embaixada de Portugal em Paris, 2013a).

Capítulo II - Missão Diplomática

Cabe a este capítulo contextualizar as funções, a organização e as atividades da Embaixada, exigindo um equilíbrio claro e científico. Portanto é essencial explicar a necessidade de uma Embaixada e a sua função na representação de um Estado. É elementar que a presença de uma Missão Diplomática no exterior é mais que a representação do seu Estado ou dos seus cidadãos, pois compete-lhe, também, a proteção dos seus interesses.

Desta forma, uma Embaixada ou Missão Diplomática é a representação de um determinado país ou Estado no exterior, na pessoa do Embaixador, comumente designado por Chefe de Missão. Ao Embaixador, figura central da Embaixada, compete a responsabilidade de liderar as missões diplomáticas do seu país no exterior (Oliveira, 2007: 2539). Todavia, o Chefe de Missão não tem apenas que representar o seu país no exterior, mas sim, lidar com questões multifacetadas, nomeadamente, questões de ordem económica, cultural, política e diplomática; preservar e salvaguardar os direitos dos seus cidadãos e proteger os interesses do seu país no Estado receptor (Briney, 2010).

Segundo José Calvet de Magalhães, o Estado que acredita ou que envia os seus agentes diplomáticos é designado de *Estado Acreditante*. O *Estado Acreditado, acreditador ou recetor* é aquele que recebe os representantes (Magalhães, 2005b: 14).

De acordo com o mesmo autor, desde a Antiguidade que existe a preocupação de negociar e contactar com outros Estados ou países, contudo, as negociações eram inicialmente pontuais, convertendo-se em temporárias e, só numa fase posterior, séc. XV, passam a ser caracterizadas como permanentes pela necessidade de contactos frequentes (Magalhães, 2005b: 29).

2.1 Exercício da Missão Diplomática

A Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas, celebrada em Viena, a 18 de abril de 1961, reconhece à Missão Diplomática o poder de representar o seu país junto do Estado que o recebe, tendo em conta a proteção e promoção dos interesses nacionais conferindo-lhe ainda, a possibilidade de negociação e promoção das relações bilaterais (ONU, 1961).

A existência de uma panóplia de atividades e funções servem de suporte ao funcionamento de uma Embaixada. Deste modo, os membros de uma Missão Diplomática estão hierarquizados em duas categorias que se traduzem por agentes diplomáticos - compostos pelo Chefe de Missão, senhor Embaixador; pessoal diplomático, Ministros Conselheiros, Diplomatas, Adidos Militar e Defesa; e por membros da missão com categorias administrativas, técnicas e de serviço (Magalhães, 2005b: 63).

A correspondência entre a Missão diplomática e o seu Estado ou o Estado Acreditado pode estabelecer-se através de «todos os meios de comunicação adequados, inclusive correios diplomáticos e mensagens de código ou cifra» (ONU, 1961). Estas comunicações podem realizar-se sob a forma de diligências orais, escritas ou mistas. A diligência oral é comumente usada pelo Chefe de Missão junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do país acreditado ou junto de outros organismos. A diligência escrita é usada sempre que o assunto a tratar assim o exija. Finalmente, as diligências mistas são representadas oralmente e escritas. O Embaixador poderá ser portador de uma nota oral que fará acompanhar por uma diligência escrita ou vice-versa (Magalhães, 2005b: 123).

A mala diplomática é, igualmente, um método de correspondência através da troca de «volumes selados que não podem ser abertos nem interceptados pelas autoridades dos territórios que atravessam ou dos países de origem e de destino» (Serrano, 2011: 353). A mala poderá ser enviada por correio, por correio diplomático⁶ ou de avião, devidamente identificada como tal (Magalhães, 2005b: 124). É, segundo a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas no art.º 27, empregue para o transporte não só de documentos mas igualmente de objetos reservados ao uso diplomático e oficial (ONU, 1961).

Na prática, existem outros meios de comunicação disponíveis como o caso do telefone, mas por razões de segurança e privacidade não é aconselhável o seu uso. Os telefones podem ser objeto de escuta e a falta de registo na fase de arquivamento, pode resultar num processo inacabado (Magalhães, 2005b: 124).

A comunicação telegráfica é, de todos os meios de comunicação, a mais frequente como causa-efeito da sua modernização. Outrora, todos os documentos a enviar por telegrama eram pagos consoante o número de palavras, com o inconveniente de deslocação a um telégrafo público. A modernização deste meio de comunicação foi ocasionada por várias etapas, estabelecendo-se, atualmente, por intermédio de um computador *telex* que envia diretamente para os serviços pertinentes (Magalhães, 2005b: 125).

A peculiaridade dos telegramas evidencia a sua complexidade que ao serem cifrados dificultam a sua leitura, no caso de esvaziamento de informação; podem ser igualmente ostensivos, quando o assunto em questão não tem grande relevância nem colocará em causa as relações diplomáticas. A nível de segurança, os telegramas têm seis opções: Confidencial, Muito Secreto, Não Classificado, Pessoal, Reservado ou Secreto consoante o assunto e o propósito de cada um. Ao serem enviados deverá ter-se em atenção a sua prioridade: Urgente, Muito Urgente ou Prioritário. Compete ao Senhor Embaixador definir o seu nível de segurança e prioridade.

Na Embaixada de Portugal em Paris é comum o uso do correio eletrónico como meio de comunicação predileto, salientando-se que a sua prática é somente interna, como

⁶ Existem na Embaixadas funcionários de transportar o correio diplomático (mala diplomática) ao abrigo do documento intitulado de carta de correio diplomático (Magalhães, 2005b: 124).

processo de correspondência entre funcionários. Desta forma, toda a comunicação relativa à missão diplomática com outros organismos é feita exclusivamente pelos órgãos mencionados.

É relevante concluir que todos os meios de comunicação utilizados pelas Embaixadas e outros serviços, referentes à Diplomacia, são limitados por regras à luz do Direito Internacional (Magalhães, 2005b: 125).

2.2 Embaixada de Portugal em Paris

Após a elucidação do exercício da Missão Diplomática, compete agora analisar a Embaixada de Portugal em Paris, palco do Estágio Curricular.

A Embaixada situa-se numa pequena rua, a *Rue de Noisiel* no *Seizième Arrondissement*⁷. Considerado um dos mais belos bairros de Paris e também mais dispendioso, é possível nele avistarem-se prédios de arquitetura trabalhada, vislumbrados por várias bandeiras representantes de cada País. O *16º Arrondissement*⁸ é escoltado diariamente pela Polícia Francesa, *Police Nationale*, privando inclusive o acesso a várias ruas, especificamente, à *Rue Gabriel*, onde se encontra a Embaixada dos Estados Unidos da América.

A capital francesa, considerada uma das mais belas da União Europeia, vislumbra uma História por intermédio dos seus monumentos, dos seus museus e das suas avenidas. Exibe o gosto pela cultura e *glamour* e, é também palco de histórias e batalhas que marcaram a vida de todos os habitantes.

A localização física da Embaixada permite-lhe ter um contacto visual diário com vários dos monumentos, imediatamente, descritos. Justificada a escolha pretende-se uma descrição ténue e sucinta.

O Arco do Triunfo, *Arc du Triomphe*, é símbolo das vitórias napoleónicas. A sua construção iniciou-se em 1806, inaugurado em 1836. Representa 128 batalhas e tem gravados os nomes de cerca de 560 generais. Homenageia soldados através do Túmulo do Soldado Desconhecido, um monumento que simboliza e honra todos os soldados mortos em batalhas, por representação de uma nação e, dos quais os seus corpos nunca foram identificados (Centre des Monuments Nationaux, s.d.).

Sem descurar de outros tantos monumentos e avenidas representativas da cultura Francesa, destacam-se ainda a *Catedral de Notre-Dame* e *Champs-Élysées*. A primeira, de estilo gótico, foi construída entre os séculos XII e XIV (1163-1345, respetivamente) e localiza-se na *Praça de Parvis*. A sua construção foi conjeturada pelo bispo *Maurice de Sully* e pretendia-se única com características que a diferenciasses de todas as outras. No fundo, ambicionava ostentar uma catedral que superiorizasse em beleza e dimensão a antiga *Notre-Dame-Des-Champs* e a *Saint-Étienne* (Deutsch, 2009: 107-108). A Catedral de *Notre-Dame* de

⁷ Tradução à letra: Décima-Sexta divisão ou bairro.

⁸ É um Bairro nobre e característico pela concentração de um número elevado de Embaixadas.

Paris foi cenário de várias obras de ficção e cinematográficas como o “Corcunda de Notre-Dame, de Victor Hugo (Hiatt, 2010).

A *Avenue de Champs-Élysées* ou Avenida dos Campos Elísios é das avenidas mais movimentadas de Paris. Exibe lojas verdadeiramente luxuosas e distintas, cinemas, espaços noturnos e cafés. Está localizada entre o Arco do Triunfo e a Praça da Concórdia e foi durante anos uma avenida de «glamour chic et choc⁹» (Deutsch, 2009: 372).

A Torre Eiffel, localizada no *Champ de Mars*, proporciona a todos os turistas e habitantes um esplendoroso cenário de romance, evidenciado pela iluminação (Mairie de Paris, s.d.).

A sua construção iniciou-se em 1887, fins de janeiro, com termo em março de 1889. Pela mão do arquiteto *Gustave Eiffel*, torna-se num dos monumentos mais famosos e mais alto de Paris, possuindo em plenitude 324 metros (Bergdoll; Hervé, 2002: 9).

Nos museus destaca-se o mais famoso, o Museu do Louvre. O edifício é do séc. XVI e marca a história e arquitetura Parisiense. Está instalado no Palácio do Louvre e conta uma extensa história da realeza. Outrora, *Palais-Royal Musée du Louvre* foi um palácio construído pela mão do Cardinal *Richelieu* com o propósito de manter a proximidade com o rei *Louis XIII* que vivia no *Louvre*. Apesar da intenção inicial de proximidade, este teria também carácter de proteção dos comportamentos do povo e das armas inimigas (Deutsch, 2009: 288).

Como Museu apresenta cerca de oito mil anos de História, do Oriente ao Ocidente, através de uma variedade de obras e coleções famosas em todo o mundo (Louvre, 2013). A sua dimensão histórica e cultural não permite conhecer e visualizar todas as peças de uma só vez.

2.2.1 História do Edifício

O edifício da Embaixada de Portugal possui uma história ligada a uma família de mestres chocolateiros, *La Famille Menier*. Decorria o ano de 1892 e a família de chocolateiros compra nos arredores de Paris um terreno com cerca de dez mil metros quadrados. Dadas as proporções do terreno, os proprietários estabelecem novas ruas e vendem parte do terreno a uma família, *Lévy*, considerada de grandes posses. A família, pelo nome de *Raphael-Georges Lévy*, incumbe a um arquiteto o projeto de um hotel, que viria a ser assinado apenas em 1906 (Embaixada de Portugal em Paris, 2013a).

Raphael-Georges Lévy era um político e economista com licenciatura em Direito (Academie Des Sciences Morales et Politiques, 2003). Possuía de facto poder económico, tanto que o hotel que mandou construir tinha dois grandes salões no rés-do-chão, uma elegantíssima sala de jantar e um belíssimo jardim, decorados com objetos luxuosos, tapeçarias, quadros, loiças, entre outros.

⁹ Segundo o autor, a *Avenida de Champs-Élysées* distinta pelo luxo, *glamour* e, pelo pormenor de ser frequentada por ilustres pessoas. “*Chic et choc*” dada a irreverência da Moda e da Cultura. Atualmente perdeu algum desse encanto devido à abertura de restaurantes de *fast-food* (Deutsch, 2009: 372).

Mais tarde, e durante a Primeira Guerra Mundial, o edifício assume-se como hospital militar, pela mão do proprietário e do Cónego *Cornette*, justificado pela necessidade de travar a batalha contra as infeções, as bactérias e feridos em campo. Dos grandes salões fizeram-se quartos que durante meses socorreram um elevado número de feridos (Embaixada de Portugal em Paris, 2013a).

Após a Primeira Grande Guerra, o edifício volta a ter alterações interiores. A velhice do patriarca da família, Lévy, não lhe permitia muitas movimentações e decide transformar os grandes salões do rés-do-chão num salão literário. Todavia e apesar da idade, continuaria a receber até ao fim dos seus dias artistas, intelectuais, monarcas e personalidades de renome.

Após a sua morte, em 1933, o edifício transita para os herdeiros diretos que o acabam por vender em 1936 a Portugal (Embaixada de Portugal em Paris, 2013a). Aquando a sua compra, Portugal tinha já a intenção de o transformar numa Embaixada, contudo não se poderia prever uma Segunda Guerra Mundial nem as suas consequências.

A cidade de Paris foi tomada pela Alemanha Nazi e o Embaixador Português e o restante corpo diplomático viram-se na obrigação de abandonar o edifício, afinal a guerra estava mesmo à porta (Embaixada de Portugal em Paris, 2013a).

Durante esse período, o edifício esteve completamente abandonado, sendo alvo de invasão, roubo e destruição. O regresso do Embaixador ao local do edifício transtornou-o. Encontrou um imenso vazio e do pouco que restava no interior, estava completamente danificado (Embaixada de Portugal em Paris, 2013a).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o edifício português foi restaurado (entre 1945 e 1946) por um arquiteto de nacionalidade portuguesa, Raul Lino. No processo de restauro foram adquiridos variadíssimas peças e móveis, portugueses e franceses, de um valor incalculável (Embaixada de Portugal em Paris, 2013a).

Atualmente a embaixada de Portugal em França mantém estas peças no seu interior, desde tapeçarias, a quadros, pratos, móveis e outros objetos (Embaixada de Portugal em Paris, 2013a).

2.3 Organização

A Missão Diplomática de Portugal em Paris é alicerçada por uma composição hierarquizada de agentes diplomáticos e membros administrativos, técnicos e de serviço. Deste modo, a Embaixada é composta pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário Dr. José Filipe Moraes Cabral, pela Ministra Conselheira, Dr.^a Ana Paula Moreira, pelas Secretárias de Embaixada, Dr.^a Matilde Salvação Barreto e Dr.^a Lídia Nabais, pelo Diplomata Dr.^o José Portugal Branco, pelos Adidos de Defesa e Militar, Coronel Marinheiro e Dr. Paulo Gomes, respetivamente e, por fim, pelo Diretor da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) e Conselheiro Económico, Dr. António Silva.

Na figura que se segue estão representados todos os agentes diplomáticos atualmente na Embaixada de Portugal em Paris:

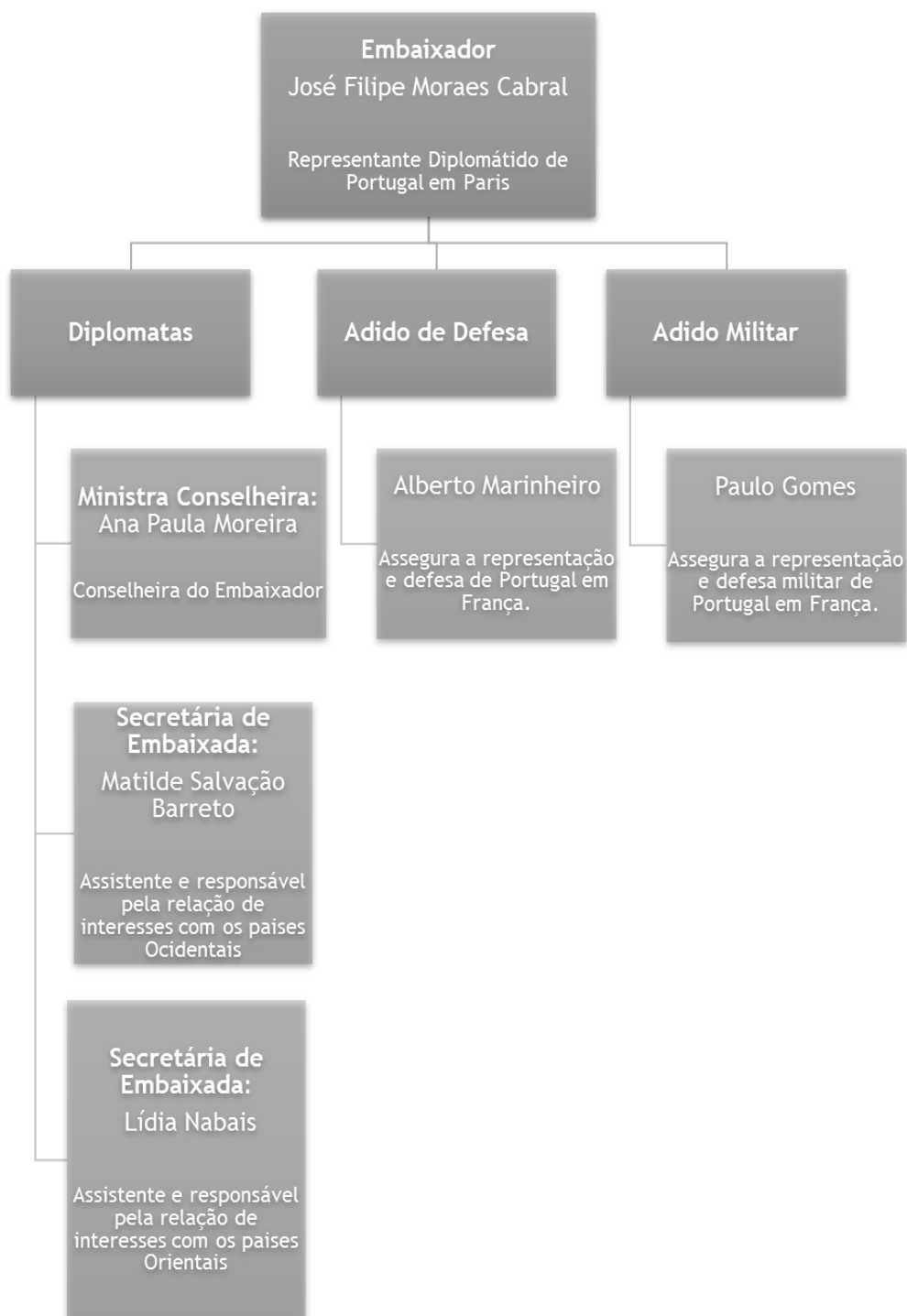


Figura 1 - Corpo Diplomático da Embaixada de Portugal em Paris.
Fonte - Elaborado pela Autora.

Contudo a composição hierárquica da Embaixada assume outros assistentes no âmbito Jurídico, Social, Administrativo e Apoio, Serviços de apoio, Gabinete de Imunidades e privilégios, Gestão e Expediente, visíveis na figura subsequente:

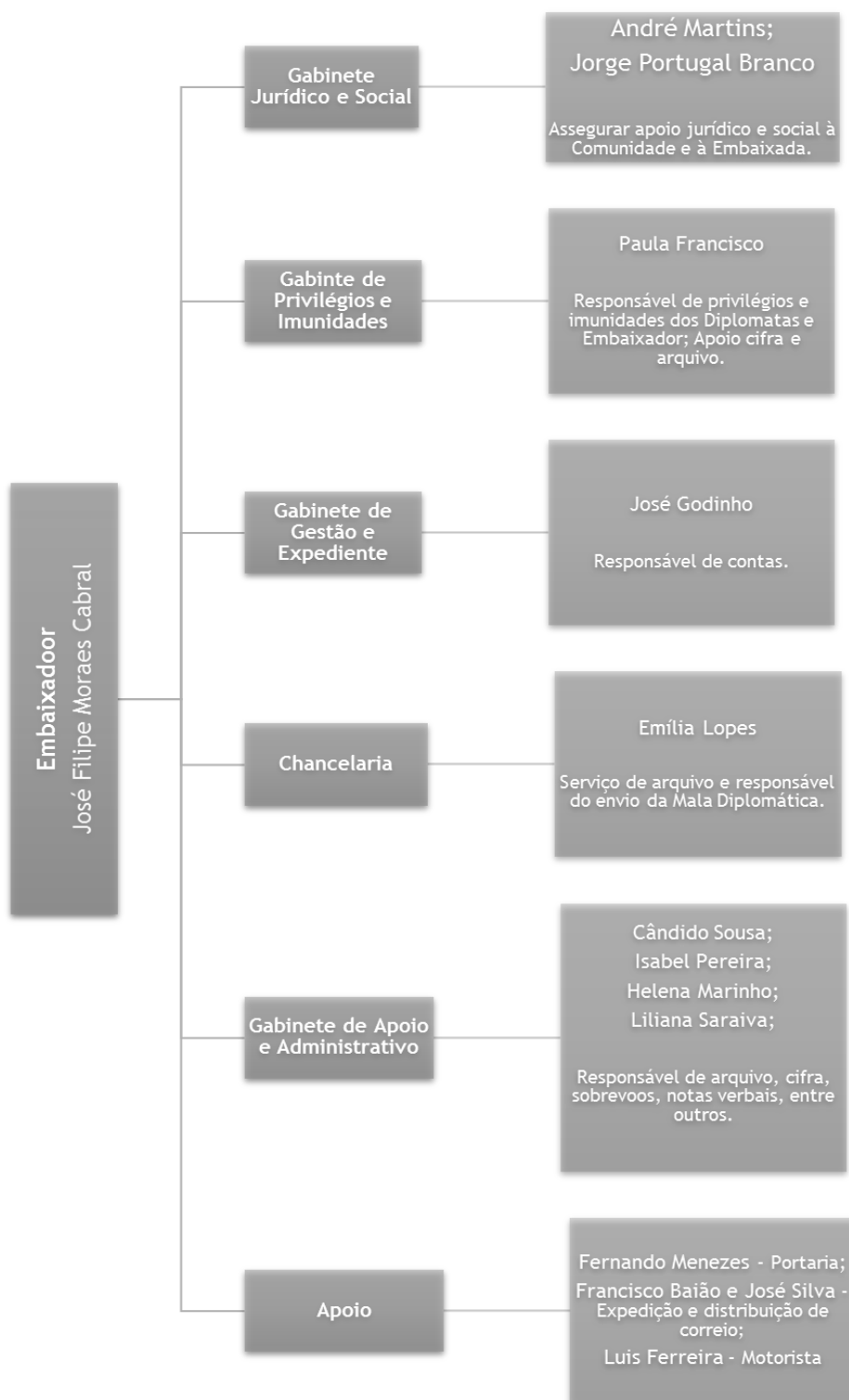


Figura 2 - Assistentes da Missão Diplomática
Fonte - Elaborado pela Autora.

Os serviços de Arquivo e Cifra são ainda garantidos pelo apoio dos assistentes administrativos e técnicos: Paula Francisco, Helena Marinho e Liliana Saraiva.

Nos arredores de Paris estão também disponíveis os Serviços Comerciais, Serviços de Investimento, Serviços de Turismo, Serviços de Defesa e o Apoio e Coordenação do Ensino de Português. As suas localizações variam entre a *Rue de Noisiel*¹⁰ e a *Passage Dombasle*¹¹.

2.4 Atividades

A Missão Diplomática desenvolve ao longo do ano várias ações que visam promover o dinamismo com a comunidade portuguesa. Atividades ecléticas que se descortinam no âmbito político, cultural, educacional, entre outros, que aproxima o país e o Estado português da sua comunidade mas também de deveres políticos na representação no exterior.

Celebração do dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas

A vontade de despertar e preservar a História de Portugal, no domínio da Comunidade Portuguesa, induziu a Embaixada a celebrar o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas a 10 de junho. Todos os anos, e unicamente neste dia, o edifício da Embaixada é aberto à comunidade portuguesa e francesa. São homenageados os Feitos e os Heróis de Portugal em toda a sua História, particularmente na Época dos Descobrimentos. Conta com a presença do Senhor Embaixador e convidados de renome que pronunciam discursos ao longo do dia. A Comunidade Portuguesa é recebida nos grandes salões da Embaixada com direito ao cocktail.

Cerimónia Bolsas de Estudo

No domínio educacional, a Embaixada procura proporcionar aos alunos portugueses ou descendentes residentes em França, a possibilidade de ingressar ou continuar no Ensino Superior, independentemente da classe social onde estejam inseridos. Mencionados ao longo do presente Relatório, Portugal e França detêm um conjunto de acordos que visam estabelecer um suporte de ajuda na Educação para ambos os países. Porém, a Missão Diplomática pretende com esta iniciativa distinguir alunos nas mais distintas áreas educacionais e, evitar que a falta de capacidade financeira seja fator impeditivo desse ingresso.

¹⁰ Nesta rua situa-se o Gabinete de Defesa, a AICEP e o Departamento de Turismo (Embaixada de Portugal em Paris, 2013a).

¹¹ Situa-se a Coordenação do Ensino de Português (Embaixada de Portugal em Paris, 2013a).

Anualmente, a entrega das Bolsas de Estudo elege cerca de 40 alunos portugueses ou descendentes, não forçosamente carenciados, nas mais distintas áreas educacionais com notas satisfatórias. As candidaturas submetidas e, seguidamente analisadas, são cofinanciadas pela Embaixada e organizações previamente designadas (ver anexo B). Estas organizações que financiam as Bolsas de Estudo estão atualmente a reestruturar o número de bolsas que atribuem, provavelmente em função da crise.

A cerimónia solene de entrega das Bolsas de Estudo é preparada previamente com as organizações patrocinantes. A entrega decorre em meados de outubro de cada ano. São convidados os alunos distinguidos, as respetivas famílias, os patrocinadores, os funcionários da Embaixada e a imprensa portuguesa. No fim da cerimónia, o Senhor Embaixador recebe os convidados nos salões para um cocktail.

Receções Diplomáticas

No domínio político, a Embaixada de Portugal em Paris é palco de várias receções diplomáticas. Dada a complexidade de representação dos interesses do Estado e dos portugueses, a Embaixada recebe regularmente visitas de alto nível, diplomatas, Primeiros-ministros e Ministros que visam manter uma proximidade de interesses bilaterais.

Estas receções dependem de um trabalho árduo, quer pelos funcionários da residência do Sr. Embaixador, quer pelos funcionários da Embaixada. Existe um plano prévio, detalhado e organizado que funciona sob olhar atento da comunicação social. Porém, é o Corpo Diplomático da Embaixada que recebe os distintos convidados.

As receções diplomáticas, das quais a estagiária foi interveniente, destaca-se a receção ao Senhor Primeiro Ministro, Dr. Pedro Passos Coelho. Contudo, apenas lhe competia a organização da imprensa.

Receções Privadas

No domínio privado, os Embaixadores podem usufruir de receções, das quais só se pode entrar com convite, com ou sem comunicação social. Englobam apresentações de vinhos, de livros, aniversários, entre outros. Estas receções privadas têm por objetivo fomentar negociações e despertar o interesse de investimento em Portugal. Normalmente os convidados são empresários portugueses, franceses ou demais interessados que possam investir nas mais diversas áreas em Portugal. O objetivo é a criação de emprego e o incremento da economia nacional.

Gala Cap Magellan: Comemoração da Implantação da Primeira República

A Associação Lusófona Cap Magellan distingue anualmente luso-descendentes que pelo seu esforço, trabalho, dedicação e empreendedorismo dinamizam Portugal em França e no

Mundo. A atribuição dos prémios é precedida de uma Gala que conta com ilustres convidados do ramo político, cultural, educacional e desportivo. Porém, a realização desta Gala só se concretiza com o auxílio de trabalho voluntário.

Em outubro 2013, coincidente com o Estágio Curricular e com o apoio da Embaixada, a Estagiária ofereceu-se como voluntária, garantindo-lhe a capacidade de integração, desenvolvimento de competências linguísticas e organizacionais e, capacidade de trabalho em grupo.

Capítulo III - As relações Portugal - França

A abordagem às relações económicas, políticas, histórica entre Portugal e França, no presente capítulo, complementa os fundamentos já mencionadas no primeiro. Todavia a necessidade de contextualização na abordagem das relações bilaterais, assim o exige.

3.1 Contextualização Histórica

Portugal e França são dois países com relações diplomáticas muito próximas. Ao longo dos séculos foram várias as vicissitudes que os opuseram e outras tantas que os ligaram. No século XIX (1806), por exemplo, Napoleão Bonaparte, imperador da França, necessitava de conquistar o território da Península Ibérica para conseguir travar o poder marítimo e comercial inglês. Portugal, velho aliado de Inglaterra não se submeteu ao poder napoleónico e foi invadido, nas conhecidas Invasões Francesas (Fernandes et.al., 2011).

Apesar das revelias existentes outrora, Portugal e França mantiveram também relações cordiais e alianças, com especial destaque no séc. XX, pós Primeira Guerra Mundial.

Os objetivos políticos e geográficos de Portugal e da França são, presentemente, equivalentes. Mantêm relações bilaterais de proximidade conferidas pelo compromisso com as diversas organizações internacionais das quais são membros integrantes. Sublinha-se a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), realçando a cooperação política marítima europeia. Portugal tendo a maior Zona Económica Exclusiva, torna-o num país de excelência na OTAN. Existem de facto outras organizações internacionais, que merecem destaque, das quais Portugal e França se incluem como: a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas.

Portugal, após a aprovação do Tratado de Lisboa, demonstrou a vontade de se tornar num país pró-ativo perante a União Europeia e a França. Por conseguinte, ambos mantêm vários acordos e domínios bilaterais (ver anexo A) e relações comerciais e turísticas (Embaixada de Portugal em Paris, 2013a).

A proximidade que Portugal tem com as suas antigas colónias, através da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), aumenta a eficácia no relacionamento e cooperação bilateral e multilateral. Esta proximidade é vantajosa para a França sempre que esteja em causa um relacionamento económico com o Brasil (Ambassade de France à Lisbonne, 2013). O relacionamento entre

Portugal e as suas ex-colónias proporciona à França relações de excelência, quase que exclusivas e de contiguidade entre os mesmos.

Não obstante, a aproximar Portugal e França existem não só, fatores políticos, como também, fatores humanos, por intermédio da imensa comunidade portuguesa a residir em França.

3.2 Comunidade Portuguesa

Após a Segunda Guerra Mundial, os países industrializados da Europa tornaram-se por excelência o destino ideal para a emigração portuguesa (Almeida, 2008: 30). Portugal, no pós-Segunda Grande Guerra, passou por uma enorme fase de transformação política. O regime ditatorial imposto e as dificuldades económicas e políticas existentes, fizeram da França o destino de emigração predileto por milhares de portugueses, forçados à clandestinidade e com consideradas fragilidades económicas, linguísticas e de qualificação.

A França, por seu turno, acolheu de bom grado estes emigrantes pela necessidade de mão-de-obra na reconstrução da economia (Almeida, 2008: 30). Registou-se em meados do século XX, nas décadas de 1950/60, um crescimento da Comunidade Portuguesa a residir (legalmente ou clandestinamente) em França, chegando a mais de um milhão de portugueses (Almeida, 2008: 33).

Atualmente, grande parte da população migrante portuguesa é jovem e bastante qualificada, tornando-se sobretudo, o nível de qualificação, a principal diferença entre esta migração com a anterior (Almeida, 2008: 39). Os dados atuais confirmam que a França foi e continua a ser considerada como sendo um país de oportunidade, pois a comunidade de emigrantes portugueses representa cerca de 800 mil habitantes da população migrante em França (Ambassade de France à Lisbonne, 2013).

Inicialmente a mão-de-obra pouco qualificada tinha importância na construção de infraestruturas um pouco por todo o país. Verifica-se até um crescimento de empresas portuguesas em França, que por afeição ao país de origem, detêm um número considerável de empregados portugueses e de relações sociais e profissionais com outros empresários, também eles portugueses ou descendentes (Embaixada de Portugal em Paris, 2013a).

A existência de um número em grande escala de migrantes Portugueses em França é equilibrada por uma rede consular que tenta chegar o mais próximo possível de cada um. Esta representa o país, serve de apoio à comunidade, resolve questões de vistos, de cartões de cidadão e presta auxílio jurídico e administrativo, entre outros (Princess Travel, s.d.).

Com a localização da Embaixada nos arredores de Paris, a extensa rede consular é constituída por cinco Consulados-Gerais: Bordéus, Estrasburgo, Lyon, Marselha e Paris; um Vice-Consulado em Toulouse; e seis Consulados Honorários¹², Orléans, Tours, Dax e Pau,

¹² Em processo de instalação.

quanto aos outros dois, um ainda não está em funcionamento, Clermont-Ferrand¹³ e outro não está aberto ao público, Ajaccio (Embaixada de Portugal em Paris, 2013a).

3.3 Relações Bilaterais e Cooperações¹⁴

A proximidade patente entre Portugal e França nas relações histórico-culturais, político-diplomáticas, económicas, sociais e humanas é maior que a proximidade geográfica. A existência de uma larga Comunidade Portuguesa em França justifica a importância da relação bilateral no âmbito económico, proporcionada pela existência de cerca de 45 mil Pequenas e Médias Empresas radicadas no país de acolhimento.

Ainda na mesma esfera, a França torna-se no terceiro parceiro económico de Portugal¹⁵ pelo investimento depositado na economia portuguesa, por intermédio do Investimento Direto Estrangeiro (IDE)¹⁶, por intermédio do comércio externo e da permanência de empresas francesas em Portugal; e, pelo turismo¹⁷ (Embaixada de Portugal em Paris, 2013b: 2).

Justamente no campo da cooperação económica, a França é um dos principais países compradores do produto português tal como Portugal é dos principais importadores de produtos franceses. Segundo a página oficial do *Ministère des Affaires Étrangères* de França, das 500 maiores empresas existentes em Portugal 31 são francesas: cariz automobilístico, alimentício e distribuição (Ministère des Affaires Étrangères, 2013).

Apesar de a França ser dos poucos países da União Europeia cuja economia tem persistido à crise económica, têm surgido algumas apoquentações e incertezas quanto à sua resolução e consequentes resultados para ambos os países. Em causa estão as quebras de investimento de parte-a-parte e o encerramento de empresas.

A realização de Salões e Feiras, com grande projeção nacional e internacional, destaca os vários setores e empresas portuguesas ao promoverem a qualidade dos seus produtos. Proporciona, aos empresários, novos contactos empresariais e permite o alcance de um maior mercado¹⁸. Para quantificar em números esta projeção, a exportação de bens e serviços de Portugal para França em 2011 foi de 7.778 milhões de euros. Este montante

¹³ Em processo de reestruturação consular segundo legislação portuguesa (Embaixada de Portugal em Paris, 2013b).

¹⁴ Portugal e França foram fazendo ao longo da sua história vários acordos. A vasta panóplia de acordos permitiu que estes fossem organizados num quadro que facilita a sua leitura (ver anexo 2). Nesse quadro é possível observar todos os acordos bilaterais, quer terminados, quer em vigor.

¹⁵ A seguir à Espanha e à Alemanha (Ministère des Affaires Étrangères, 2013).

¹⁶ Os investimentos são direcionados para a banca, serviços financeiros, construção, transportes e energia (Embaixada de Portugal em Paris, 2013b: 3).

¹⁷ Pois existe um interesse por parte das empresas portuguesas em exportar para a economia e mercado francês (Embaixada de Portugal em Paris, 2013b: 2).

¹⁸ Portugal tem vindo a ocupar gradualmente lugares de topo a nível de qualidade do calçado e do vestuário. É reconhecido a Portugal a qualidade mundial em produtos como o Vinho do Porto, o azeite, a cortiça e até o turismo, quer seja rural, gastronómico ou de lazer. Portugal tem a capacidade de bem receber e acolher os turistas (Embaixada de Portugal em Paris, 2013a).

coloca a França em terceiro lugar no mercado de exportação (Embaixada de Portugal em Paris, 2013b: 2).

Segundo informações obtidas junto da Embaixada de Portugal em Paris existem várias iniciativas propostas pela AICEP - Centro de Negócios que visam a promover investimentos, encontros empresariais e outros que assentam em alguns dos seguintes pontos:

- *«Eventos setoriais (colaboração da Embaixada), visando promover setores onde a capacidade e oferta nacional é mais relevante face à procura do mercado (...) para o posicionamento de sucesso no mercado;*
- *Encontros empresariais em todas as regiões de França, em colaboração com os consulados portugueses existentes e com as Câmaras de Comércio e Indústria locais, visando divulgar o potencial e a oferta nacionais.*
- *Colaboração com a Câmara de Comércio e Indústria Franco¹⁹ - Portuguesa, da qual a AICEP é Membro fundador, em iniciativas dirigidas à comunidade empresarial de origem portuguesa, muito relevante em França e cujas empresas se destacam nos mais variados setores. Neste domínio existe um potencial interessante de captação de investimento, bem como de incremento das trocas» (Embaixada de Portugal em Paris, 2013a).*

Também o Turismo em Portugal recebeu uma forte aposta por parte da população francesa. De acordo com os dados obtidos, a França foi o 4º mercado emissor de turistas com elevado poder económico no ano de 2011. Estes turistas que procuram um turismo ligado à qualidade e ao luxo detêm de um vasto poder económico (Embaixada de Portugal em Paris, 2013b: 2).

Após a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º249/2009, art.º4²⁰, Portugal dispõe de um regime fiscal de carácter específico aos residentes não habituais. Segundo esse Decreto-Lei, para Portugal se projetar no Mundo vê-se obrigado a uma estratégica política e fiscal que aproxime o exterior. Pretende-se com esta iniciativa de atração, o relançamento da economia portuguesa através do aumento da produtividade.

¹⁹ A Câmara de Comércio e Indústria Franco-Portuguesa foi impulsionada pela Embaixada e por cerca de 300 empresas e organismos associados, cuja propensão seria a de proporcionar ligações diretas ao comércio bilateral entre os dois países (Embaixada de Portugal em Paris, 2013b: 3).

²⁰ Disponível no Portal das Finanças de Portugal em: http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/60760145-8A1E-4332-9581-13B919BF9C16/0/DL_249_2009.pdf [23 de Outubro de 2013].

Este regime fiscal²¹ permite, desde o início de 2013, a possibilidade a novos turistas de se instalarem em Portugal por um período de até 10 anos sem pagar impostos. Este regime só é válido desde que não tenham tido aqui residências fiscais nos anos antecedentes à sua instalação. Todavia, ainda não há dados concretos de que haja efetivamente um “boom de reformados” a deslocarem-se para Portugal segundo este regime. Apenas se constata a vontade e interesse de se instalarem em zonas turísticas como o Algarve, Lisboa e Porto²².

Num plano político-diplomático, as relações que os dois países têm podem resumir-se aos acordos e tratados que assinam, aos encontros bilaterais de alto nível que ocorrem comumente e às organizações internacionais de que fazem parte (Embaixada de Portugal em Paris, 2013a).

Na área da Cooperação Educacional, Cultural e Científica, a assinatura de um acordo de «Cooperação Cultural, Científica e técnica entre Portugal e França» (1970) afirmou as intenções de ambos em manter relações culturais conjuntas. Na França, o acordo tem como objetivos principais a promoção da língua portuguesa, a divulgação da cultura e a coordenação de extensas atividades linguísticas e culturais. Equitativamente fomenta-se, preserva-se e promove-se a cultura e o ensino Português, advertindo aos estudantes das facilidades e auxílios caso queiram estudar num dos países. A panóplia ao dispor dos estudantes caracteriza-se pela existência de residências universitárias que podem servir de apoio base, colaboração na fase de inscrições e na mobilidade (Embaixada de Portugal em Paris, 2013a).

Este acordo foi atualizado em 2006 e, desde então, espera-se a sua assinatura e consequente entrada em vigor. Destaca-se porém o reforço da língua francesa no ensino do Português.

No Ensino Superior existe um programa de cooperação universitária, financiado equitativamente pelos dois países. É orientado para a formação do 2º Ciclo de Estudos Universitários (Mestrado) e para o 3º Ciclo (Doutoramento). Este projeto conjunto visa apoiar o desenvolvimento de novos estudos e teses (Ambassade de France à Lisbonne, 2013).

Por fim, a existência da cooperação regional entre Portugal e França permite um apoio mais direto e localizado aos habitantes de ambos os países. Esta cooperação regional é possibilitada pelas geminações entre as autarquias Portuguesas e as autarquias Francesas (Embaixada de Portugal em Paris, 2013a).

²¹Disponível em http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/60760145-8A1E-4332-9581-13B919BF9C16/0/DL_249_2009.pdf [23 de outubro de 2013].

²² Estes dados foram obtidos junto da Embaixada de Portugal em Paris no departamento de Apoio Jurídico e Social.

Capítulo IV - Estágio Curricular

Neste capítulo procede-se a uma análise crítica de todas as atividades que foram parte integrante no Projeto de Estágio. Por conseguinte, nesta última fase descrevem-se os objetivos, justifica-se a escolha do local de estágio, enuncia-se a metodologia utilizada e as perspetivas iniciais, assim como, os resultados obtidos. Finaliza-se o capítulo com uma reflexão crítica por intermédio de uma análise SWOT - Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças, método aprendido nas aulas de Marketing Internacional, uma das unidades curriculares do mestrado de Relações Internacionais da Universidade da Beira Interior.

4.1 Projeto de Estágio: objetivos e metodologias

O presente Relatório de estágio é uma componente do Mestrado de Relações Internacionais da Universidade da Beira Interior. No segundo ano de curso é facultada a opção da elaboração de tese ou estágio curricular a fim desenvolver competências profissionais e aplicar conhecimentos obtidos. Optou-se pelo estágio curricular com o propósito de alargar os conhecimentos empíricos adquiridos ao longo da formação académica e de desenvolver competências a nível profissional, organizacional e transversal com a visão de mercado de trabalho e capacidade de integração. Procurou-se ainda: desenvolver a capacidade linguística e comunicar eficazmente perante distintos interlocutores; aprofundar o conhecimento sobre todas as funcionalidades da Embaixada Portuguesa; integrar projetos luso-franceses que tenham como objetivo, reforçar laços sociais, culturais, políticos, económicos, profissionais e outros; participar em atividades e iniciativas proporcionadas pela Missão Diplomática; e, por fim, desenvolver *networking* de contatos para um futuro profissional nesta área.

A metodologia empregue foi resultado de uma investigação qualitativa explorando alguns fundamentos teóricos relevantes para o presente relatório, utilizando-se a análise descritiva. Recorreu-se à pesquisa e análise documental: livros, documentos oficiais, acordos, protocolos em suporte papel, mas também digital - disponibilizados em vários organismos como a Embaixada, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a internet. Estas fontes documentais foram utilizadas na preparação dos primeiros capítulos.

A observação participante e a obtenção de dados e informações foi proporcionada pela interação das variadíssimas funções desenvolvidas durante a realização do estágio na Embaixada.

4.2 Atividades de Estágio

Mencionada ao longo do Relatório, a Embaixada, que é comumente caracterizada por Missão Diplomática, tem a função de representar um Estado junto de outro Estado que a acolhe. Contudo, esta não se reflete apenas no papel do Chefe de Missão, o Embaixador, mas numa extensa equipa, dividida por sectores: Assistência, Serviço de Cifra, Serviço de Arquivo e Gabinete de Apoio, gabinetes administrativos e técnicos. A estagiária ao longo dos três meses de estágio integrou todos os sectores/pelouros acima descritos.

O primeiro pelouro foi no Serviço de Cifra e desde então tornou-se numa das principais funções de trabalho da sua competência, apesar da confidencialidade esperada.

A cifra é um sistema de comunicação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e as Embaixadas, Consulados, Representações e Missões, e outros postos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e missões no estrangeiro. Este serviço tem a responsabilidade de «codificar e descodificar as comunicações telegráficas emitidas e recebidas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, bem como a sua guarda e arquivo» (Diário da Republica, 1994).

Contudo, o sistema de cifra não se digna apenas à organização e impressão de telegramas, mas também à sua preparação. Aos funcionários deste serviço compete a organização e arquivo de todas as comunicações (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006).

Da competência da estagiária fez parte a organização de telegramas e telecópias expedidas e recebidas, o processo de envio e conseqüente impressão. Os telegramas, após a impressão, eram direcionados para o Sr. Embaixador, Moraes Cabral e para a Ministra Conselheira, Ana Paula Moreira. Todavia, com o desenvolvimento profissional da estagiária, neste pelouro, foi-lhe proporcionada a função de redigir alguns telegramas de conteúdo mais sucinto, como, notícias de Portugal e as férias dos funcionários e do Embaixador.

Entre as funções desenvolvidas, podemos mencionar o apoio administrativo e técnico. Neste serviço e mediante condições desfavoráveis à Embaixada, foi permitido à Estagiária trabalhar com assuntos de cariz reservado, particularmente, a correspondência eletrónica da Embaixada. Diariamente eram recebidos numerosos *emails* com publicidade que deveriam ser imediatamente excluídos. Todos os outros, fundamentalmente com pedidos de ajuda, eram remetidos, consoante o assunto, para os funcionários do Social e Jurídico e para os Diplomatas. Neste último caso, sempre que se tratassem de conferências ou *briefings*, estes eram direcionados para o diplomata consoante o país que cada diplomata representa dentro da Embaixada. A Dr.^a Lídia era responsável pelo Oriente, enquanto que a Dr.^a Matilde Barreto era responsável pelo Ocidente.

A Embaixada recebia também diariamente pedidos de emprego, estágio e informações ou características de Portugal que eram diretamente direcionados para o Gabinete Administrativo. Todos os pedidos deviam ser atendidos até ao máximo de 15 dias. Dentro dos

pedidos mais comuns, destaca-se a solicitação de Bandeiras Portuguesas e de brochuras para escolas.

As cartas e o correio eletrónico com pedidos de estágio e emprego eram função diária da Estagiária. E, com auxílio dos seus colegas foram elaboradas inúmeras respostas negativas a propostas de emprego e três respostas positivas de Estágios não remunerados. Dois dos estágios destinavam-se a estudantes licenciados que pretendiam estágios curriculares. O outro estágio destinava-se a uma estudante do Ensino Secundário, solicitando um estágio de observação por um período de 10 dias.

Porém, qualquer que seja a resposta a um pedido exterior esta só pode seguir após a análise da Ministra Conselheira ou do Senhor Embaixador. Independentemente da via que seguem, todas as respostas usufruem de um protocolo e regras a seguir.

No início do mês de outubro surgiu, por carta, um pedido peculiar à Embaixada que consistia em perceber o número de religiões praticadas em Portugal e nas suas antigas colónias. Este pedido foi repartido por quatro pontos. O primeiro consistiu na procura de dados na internet e informações em livros disponibilizados na Biblioteca da Embaixada. O segundo ponto resumiu-se à elaboração da resposta, contendo dados e contactos. Porém, o terceiro ponto resulta da situação que se poderia estar a provocar, uma vez que as informações na carta de resposta não tinham o consentimento das ex-colónias. Deste modo, essas informações poderiam gerar hostilidades diplomáticas. Concluiu-se que a melhor resposta enquadraria apenas os contactos das Embaixadas das ex-colónias em França e os contactos das Igrejas em Portugal. Assim, o autor da carta enviada à Embaixada poderia colocar as suas questões às entidades competentes.

A Estagiária colaborou igualmente no Gabinete Administrativo e Apoio competindo-lhe a realização de Telegramas, Notas Verbais, pedidos Sobrevoos e Aterragens e Ofícios: troca de Cartas de Condução (ver anexo C), e Pedidos de Paradeiro (ver anexo D). Neste domínio, importa explicar a utilidade de cada um destes pontos.

As Notas Verbais são documentos dirigidos a outras Embaixadas ou Estados e costumam seguir via FAX ou Correio. O seu conteúdo é normalmente reservado, não sendo possível a sua exposição.

Na esfera dos Sobrevoos e Aterragens, a Embaixada de Portugal em Paris recebe da USEN - Unidade de Sobrevoos e Escalas Navais - pedidos de sobrevoos e aterragem de aeronaves para sobrevoarem o território português. Cabe-lhe a função de permitir ou não o sobrevoos das aeronaves no território aéreo de Portugal.

A Estagiária teve, ao longo do estágio, a capacidade de redigir documentos de solicitação de autorização de sobrevoos em determinados espaços aéreos.

No que respeita aos ofícios²³, como as cartas de condução, a Embaixada tem o dever de direccionar as cartas de condução francesas aos serviços competentes em França. As cartas

²³ Estes podem ter a característica de ser Ofício de Mala Diplomática sempre que se verifique a necessidade de enviar documentos, objetos ou anexos. Compete ao Senhor Embaixador a análise do ofício e a sua assinatura para seguir por correio diplomático (ver anexo E).

de condução são remetidas pelo Instituto de Mobilidade de Transportes Terrestres geralmente com o propósito de mudança de residência. E, compete-lhe ainda, advertir os serviços competentes em França e Portugal para a existência de cartas de condução falsas.

Ao longo do estágio verificou-se um acréscimo de pedidos de nacionais franceses, reformados, a mudar a residência para Portugal. Importa referir igualmente, que apenas se verificou uma única vez a existência de uma carta falsa. Indicada como sendo de um residente em Portugal de origem francesa. Esta carta seguiu para os serviços competentes em França com conhecimento do IMTT da área de residência em Portugal do indivíduo em questão.

No Gabinete de Apoio era da competência da Estagiária a expedição de ofícios para os Consulados de Portugal em França. Regularmente consistiam de pedidos de informação sobre o paradeiro com cariz judicial. A Embaixada recebia, incessantemente, pedidos de paradeiro referentes a indivíduos ou famílias portuguesas com residência em França, requeridos por tribunais portugueses devido a assuntos fiscais, judiciais e criminais.

Após uma abordagem elucidativa das atividades diárias, clarifica-se agora a atividade desenvolvida no decorrer dos três meses de estágio. Com o estágio pretendia-se que este culminasse com um trabalho ostensivo, que divulgasse a Embaixada e fosse um vínculo com a Comunidade Portuguesa - a atualização do *site* da embaixada na internet. A desatualização de informação, a ausência da língua francesa e inglesa nos conteúdos da página e a pouca visibilidade foram o ponto de partida para a aventura da realização da página *online* da Embaixada de Portugal em Paris.

Os conteúdos existentes da antiga página passaram a estar devidamente atualizados e disponíveis em português e francês. Novos conteúdos foram acrescentados para que despertasse o interesse do público e aumentasse a visibilidade da Embaixada e de Portugal. Entre os assuntos/temas que constam do novo *site* da embaixada destacam-se: as informações da atual Rede Consular; informações referentes aos novos regimes fiscais para reformados; a composição dos departamentos e informações para novos migrantes em França, seja para trabalhar ou para estudar; notícias atualizadas de Portugal e da Comunidade Portuguesa em França; e, uma mensagem do Sr. Embaixador.

A importância da visibilidade da página da Embaixada de Portugal em Paris tornou oportuno formular, em inglês, uma rede de informações e contactos.

Assim, e ao longo dos três meses foram desenvolvidos, por etapas, vários segmentos e uma estrutura temporária da nova página. Ao MNE, por sua vez, coube a responsabilidade de disponibilizar uma página à qual qualificámos, “espinha dorsal”. A Estagiária teria apenas que transferir os dados e informações, previamente elaborados, para a nova página.

O primeiro pedido da Embaixada de Portugal em Paris para o MNE, quanto à disponibilização do protótipo da página, foi realizado no fim de outubro. Esta disponibilização só se concretizou em fins de dezembro, coincidindo com a frenética do Natal e as férias dos Diplomatas e Funcionários. O aumento da responsabilidade e do trabalho tornou impossível o

término do objetivo proposto, a disponibilização *online* da nova página da Embaixada de Portugal em Paris.

É de mencionar que os conteúdos, previamente preparados, foram colocados no protótipo da página. Porém, dada a tardia disponibilização do protótipo e a ausência das Diplomatas no termo do Estágio, a página não ficou disponível ao público. De momento, ainda se encontra como um projeto, acessível apenas aos funcionários da Embaixada (ver anexo F).

4.3 Avaliação Crítica

Foram poucas as dificuldades encontradas ao longo do Estágio Curricular. Considera-se inclusive que as expectativas foram superadas e os objetivos iniciais concretizados.

Todavia, o primeiro obstáculo encontrado na Embaixada talvez tenha sido o processo de reestruturação interno e externo pelo qual o Serviço estava a passar. É do conhecimento geral o plano de reestruturação providenciado pela *Tróika* para baixar o défice da dívida pública. Deste modo, os funcionários foram convidados a rescindir contratos, com regalias vantajosas ou não, consoante o número de anos que exerceram, a função e a sua idade. Nesta Embaixada só com assinaram o programa de rescisões amigáveis dois dos funcionários. O infortúnio coincidiu com a reforma de outros três funcionários e a doença de duas funcionárias do ramo administrativo e técnico. Apesar destas baixas serem muito significativas, o desenvolvimento dos trabalhos a que a Embaixada se propõe, constantemente, prosseguiu sem demais imprevistos.

O processo de reestruturação coincidiu com o primeiro dia de estágio. Este ficou marcado por uma reunião da qual ficaram decididos os novos horários e as novas funções atribuídas a cada um dos funcionários, inclusive à Estagiária. O trabalho que deveria ser distribuído por cerca de 10 pessoas repartiu-se por apenas quatro - 3 funcionários e a Estagiária.

O trabalho desenvolvido verificou-se de elevado nível de aprendizagem depositando-lhe confiança total.

O segundo obstáculo foi demonstrado na realização da página *online* da Embaixada, projeto proposto pela estagiária e pelas Diplomatas. Todos os conteúdos estavam completos e elaborados nas três línguas consideradas relevantes para a Comunidade Portuguesa, francesa e interessados (Português, Francês e Inglês) e prontos a colocar na página. Apenas estava em falta o protótipo a disponibilizar pelo MNE. Foram realizados vários contactos telefónicos por parte da Dra. Matilde Salvação Barreto para facultarem com urgência o protótipo da página.

Em meados de dezembro, coincidente com as férias da maioria dos funcionários, dos diplomatas e do Embaixador, o MNE concede finalmente a página. Os conteúdos foram inseridos, mas a sua disponibilização *online* ficou pendente, pois era necessária a aprovação do Sr. Embaixador Moraes Cabral.

As férias dos funcionários coincidentes com a baixa de outros, a ausência do Sr. Embaixador, o aumento do trabalho e de novas responsabilidades de elevada importância, fez deste projeto, apesar de meritório, pouco exequível. Espera-se por conseguinte, que os Estagiários que ingressaram este ano na Embaixada continuem o trabalho meritório da página.

4.3.1 Análise SWOT

A melhor ferramenta para a análise crítica e complementar ao subcapítulo precedente é a análise SWOT. As Forças - pontos fortes-, as Fraquezas - pontos fracos -, as Oportunidades e as Ameaças verificadas ao longo do Estágio.

Dos pontos fortes destacam-se:

- Disponibilidade dos diplomatas e colegas em ensinar e trabalhar com a Estagiária;
- Oportunidade de trabalhar com documentos e informações considerados reservados ou confidenciais e, que de outra forma seria improvável;
- Flexibilidade horária;
- Desenvolvimento de competências profissionais, organizacionais e transversais;
- Desenvolvimento linguístico e comunicativo;
- Participação em atividades e iniciativas organizadas pela Embaixada e parceiros.

Conclui-se que os objetivos ficaram muito acima dos esperados dada a sua concretização.

Destaco como pontos fracos:

- A demora do MNE na execução da “espinha dorsal” da página *online* da Embaixada. O pedido inicial decorreu a meados de outubro e só em fins de dezembro é que foi concedido. Em síntese, este atraso motivou que a página continue *offline*;
- A diminuição de funcionários, por razões de doença e reformas antecipadas, sobrecarregando o trabalho de todos os elementos;
- O processo de reestruturação externa e interna, pela qual a Embaixada passou, dificultou o trabalho na generalidade.

As oportunidades decorridas do Estágio caracterizaram-se:

- Pela possibilidade de trabalhar com personalidades distintas do ramo político - Diplomatas, Embaixadores, Cônsules e Primeiro-ministro da República Portuguesa, Dr.º Pedro Passos Coelho;
- Pela possibilidade de trabalhar com personalidades do ramo cultural: atores e realizador do famoso filme “Gaiola Dourada” e escritores;

- Pela oportunidade de trabalho com personalidades do ramo empresarial: empresários portugueses no sector do Vinho do Douro e do Azeite;
- Pela oportunidade de relacionamento profissional com personalidades do ramo desportista: tenistas franceses.
- Organização de eventos: gala da “Comemoração da Implementação da Primeira República” na *Marie de Paris*, Bolsas de Estudo, Apresentação de Livros e outros;
- Visita singular à residência do Sr. Embaixador;
- Voluntariado;
- E, desenvolvimento de contactos profissionais e pessoais.

Nesta perspetiva, foi considerada como a maior ameaça:

- O estado económico-financeiro atual de Portugal. A hipótese de ingressar na Embaixada foi ponderada, porém, sem direito a ordenado, i.e., um “prolongamento” do estágio, sem salário mas com a eventualidade de ficar, apenas com a abertura de concurso público.

Uma possibilidade imprevisível dada a conjuntura nacional.

Considera-se que a Missão Diplomática acolheu adequadamente a Estagiária, aproveitando os conhecimentos prévios, adquiridos pela Licenciatura de Ciência Política e Relações Internacionais.

Os seus conhecimentos teóricos e práticos foram explorados concedendo-lhe a oportunidade de adquirir competências profissionais e organizacionais em trabalhos individuais e de grupo. Apesar das fraquezas e dos pontos fracos supracitadas, os pontos fortes são superiores, traduzindo-se na capacidade de acolher e ensinar os Estagiários, valorizando-lhes as suas competências.

Considerações Finais

Os Estados dentro do sistema internacional necessitam de se relacionarem entre si, por razões de sobrevivência, sejam através de relações bilaterais ou relações multilaterais. Com a nova ordem mundial, os Estados deixaram de ser os únicos atores do sistema internacional e consideram-se também as organizações internacionais, governamentais e não-governamentais, as Empresas multinacionais e outros.

Por sua vez, as relações bilaterais entre Estados são resultado da presença e representação das Embaixadas. É, assim, da sua competência a representação, promoção dos interesses do seu Estado e cidadãos e proteção do seu país.

A Embaixada de Portugal em Paris é a representação do seu Estados e dos seus cidadãos junto de uma das maiores capitais europeias. Considera-se que esta embaixada seja das mais influentes na Europa por inúmeros motivos. Primeiro, encontra-se geograficamente bem localizada, junto da Sede da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) ou da OCDE por exemplo. Posteriormente, o número crescente da Comunidade Portuguesa residente um pouco por toda a França influencia as relações bilaterais entre os dois países. Portugal e França mantêm relações económicas, políticas e empresariais muito próximas, consagradas na existência dos inúmeros acordos bilaterais atualmente em vigor.

Neste momento, a Embaixada vê-se obrigada a reforçar os apoios sociais e a disponibilização de informações devido à nova vaga de emigração, qualificada e muito jovem. Esta vaga de emigração tem origem na necessidade de reorganização económica do sistema internacional após a crise económico-financeira. Portugal foi um dos países que sofreu algumas alterações no âmbito económico necessitando de uma reestruturação interna e externa na função pública. O início de estágio coincide com esta reestruturação na Embaixada. As vicissitudes externas, como a crise económica, as propostas de rescisão dos contratos e as enfermidades, levaram a uma quebra no funcionamento, complementado com a presença da Estagiária. Por estes motivos, todo o seu trabalho foi reconhecido na Chancelaria, na Cifra e no Gabinete de Administração. Este foi um trabalho exigente mas deveras produtivo, pois todos os seus objetivos foram alcançados e os conhecimentos adquiridos ao longo dos ciclos de estudos, Licenciatura e Mestrado foram alargados.

As oportunidades também foram todas aproveitadas, uma vez que estavam em causa o desenvolvimento das competências e da experiência profissional, o desenvolvimento de métodos de trabalho individual e em grupo nas mais diversas áreas, a capacidade de integração e aperfeiçoamento da língua francesa. Por estes motivos, considera-se que todo o caminho percorrido, os desafios diários e os acontecimentos políticos decorrentes que influenciaram o funcionamento da Embaixada apenas enriqueceram o trabalho individual, em equipa e o domínio das competências da Estagiária.

Constatou-se a capacidade das Diplomatas e funcionários em valorizar todas as competências e objetivos determinados inicialmente, bem como na realização do presente relatório. A Embaixada recorreu a um plano de atividades que foi sofrendo alterações constantes, adaptando-se sempre à sua realidade e carências (reestruturação interna e externa).

Apesar de não existir qualquer razão de queixa quanto à hospitalidade que a Embaixada proporciona aos seus estagiários e à responsabilidade de trabalho que lhes coloca, fica como sugestão que, num futuro próximo, o funcionário ou estagiário encarregue da página *online* da Embaixada se dedique a atualiza-la com mais frequência. Pois, uma página *online* torna-se no rosto de Portugal no exterior. Deverá, por isso, disponibilizar informações atualizadas dos consulados, apoio primordial no contacto com os novos emigrantes e à Comunidade. É também importante que estas informações não estejam apenas vocacionadas para os novos emigrantes ou para a Comunidade Portuguesa, pois a página *online* é uma porta aberta para dar a conhecer Portugal ao Mundo.

Bibliografia

Academie Des Sciences Morales et Politiques (2003) “Académiciens: Raphaël-Georges Lévy”. Disponível em http://www.asmp.fr/fiches_academiciens/decede/LEVY.htm [12 de março de 2013].

Almeida, A. (2008) *Os Portugueses em França na hora da reforma*. Paris: Éditions Lusophone.

Ambassade de France à Lisbonne “AFR” (2013) “Relations Franco-portugaise: Présentation Générale”. Disponível em <http://www.ambafrance-pt.org/Presentation-generale,22> [15 de outubro de 2013].

Aron, R. (2002) *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Edições Universidade da Brasília.

Bergdoll, B.; Hervé, L. (2002) *The Eiffel Tower*. New York: Princeton Architectural Press.

Briney, A. (2010) “Embassy and Consulate - An Overview”, Education Geography. Disponível em <http://geography.about.com/od/politicalgeography/a/embassy.htm> [10 de março de 2013].

Castro, M. (2001) “De Westphalia a Seattle: A Teoria das Relações Internacionais em transição”, Cadernos do Rel N.20.

Centre des Monuments Nationaux “CMN” (s.d.) “Arc de Triomphe”. Disponível em http://www.monuments-nationaux.fr/fichier/m_docvisite/70/docvisite_fichier_06G.arc.de.triomphe.EN.pdf [10 de outubro de 2013].

Deutsch, L. (2009) *Metronome - L'histoire de France au rythme du métro parisien*. Neuilly-sur-Seine : Édition Michel Lafon.

Diário da República (1994) “Decreto-Lei n.º 49/94 de 24 de Fevereiro” Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria-Geral. Disponível em <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=19940596%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11='Decreto-Lei'&v12=49/94&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar> [1 de novembro de 2013].

Duarte, G. (2011) “Realismo Clássico versus Realismo Estrutural: natureza humana ou estrutura do sistema?”, Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais vol. IV, n. 1. Disponível em www.unibh.br/revistas/ecivitas/ [29 de março de 2014].

Embaixada de Portugal em Paris (2013a). Disponível em <http://www.embaixada-portugal-fr.org/pt/composicao-e-servicos.html> [10 de março de 2013].

Embaixada de Portugal em Paris (2013b) *Estratégia e Plano de Ação de Diplomacia Económica em França*. Paris: Embaixada de Portugal em Paris.

Fernandes, P. ; Alçada, I. ; Magalhães, A. (2011) *As Invasões Francesas e a Corte no Brasil*. Lisboa: Editorial Caminho.

Fontes, C. (s.d.) “História da Educação e Formação Profissional em Portugal e Colónias: França-Portugal”, Filorbis - Rede de Sites Temáticos. Disponível em <http://lusotopia.no.sapo.pt/indexOPFranca.html> [18 de novembro de 2013].

Hiatt, C. (2010) *Notre Dame de Paris: a Short History and Description of the Cathedral, with Some Account of the Churches Which Preceded It*. Charleston: Nabu Press.

Lacerda, G. (2006) “Algumas teorias das relações internacionais: realismo, idealismo e grocianismo”, Revista Intersaberes Vol. 1- N.º 1.

Magalhães, J. (1990) *Breve História Diplomática de Portugal - 2ª Edição*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.

Magalhães, J. (2005a) *A Diplomacia Pura - 1ª Edição*. Lisboa: Bizâncio Editora.

Magalhães, J. (2005b) *Manual Diplomático - Direito Diplomático e Prática Diplomática - 5ª Edição*. Lisboa: Editorial Bizâncio.

Mairie de Paris “MP”. Disponível em <http://www.paris.fr/> [13 de maio de 2013].

Marinho, H. (2008) *O Estudo das Relações Internacionais: Teorias e Realidades*. São Paulo: Aduaneiras.

Ministère des Affaires Étrangères (2011) “Accords et traités” France Diplomatie. Disponível em <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/dossiers-pays/portugal/la-france-et-le-portugal/> [22 de outubro de 2013].

Ministère des Affaires Étrangères (2013) “La France et le Portugal” France Diplomatie. Disponível em <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/dossiers-pays/portugal/la-france-et-le-portugal/> [21 de outubro de 2013].

Ministério dos Negócios Estrangeiros (2006) “Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado - Relatório Final: Anexo 5 Caracterização da Situação Actual”. Disponível em http://www.dgaep.gov.pt/media/0701020000/Anexos%205/A5-03_MNE_PRACE_Anexo.pdf [1 de novembro de 2013].

Moreira, L.; Lech, M. (2004) *Manual de Direito Internacional Público*. Canoas: Edição ULBRA.

Morgenthau, H. (2003) *A Política entre as Nações*. Brasília: Edições Universidade de Brasília.

Musée du Louvre “ML”. Disponível em <http://www.louvre.fr/> [15 de maio de 2013].

Neves, J. (2011) *Rituais de Entendimento. Teoria e Prática Diplomática. Apontamentos*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Oliveira, L. (coord.) (2007) *Enciclopédia LaRousse - volume 7*. Porto: Temas e Debates Lda.

ONU (1961) *Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas*. Disponível em <http://www.careproject.eu/database/upload/PTother020/PTother020Text.pdf> [25 de novembro de 2013].

ONU (1969) *Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados*. Disponível em <http://www.gddc.pt/siii/docs/rar67-2003.pdf> [25 de novembro de 2013].

Outeirinho, F. (2012) “Ontem e Hoje: As Invasões Francesas nas páginas da imprensa periódica portuguesa”, *Carnets: Invasions & Évasions*. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11855.pdf> [30 de dezembro de 2013].

Pantalacci, L. (coord.) (2008) “La lettre d’archive : Communication administrative et personnelle dans l’Antiquité proche-orientale et égyptienne”, Institut Français d’Archéologie Orientale. Disponível em http://www.hisoma.mom.fr/sites/hisoma.mom.fr/files/annuaire-du-personnel/coulon-laurent/2008_Abrahami_Coulon_Topoi.pdf [28 de novembro de 2013].

Princess Travel (s.d.) “Consulado”. Disponível em <http://www.princesstravel.com.br/consulado.asp> [12 de março de 2013].

Ramos, R. (coord.) (2009) *História de Portugal - 6ª Edição*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Rodrigues, R. (2004) *Dinâmicas Económicas e Política Externa Portuguesa nos países não lusófonos na SADC (1975-2002) - Tese de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

Saraiva, J. (1986) *História concisa de Portugal - 10ª Edição*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.

Serrano, J. (2011) *O Livro do Protocolo - 1ª Edição*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Sousa, F. (coord.) (2008) *Dicionário de Relações Internacionais - 2ª Edição*. Porto: Edições Afrontamento.

Sousa, M.; Baptista, Cristina (2011) *Como fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios - Segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor.

Anexos

Anexo A: Os Acordos Bilaterais

| Acordos bilaterais atualmente em vigor | Vigor |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| Accord entre la France et le Portugal sur la reconnaissance réciproque de la jauge indiquée par les papiers de bord des navires respectifs | 17/06/1926 |
| Traité de conciliation et d'arbitrage entre la France et le Portugal | 06/07/1928 |
| Convention générale entre la France et le Portugal relative à la sécurité sociale, en semble un protocole général | 16/11/1957 |
| Convention entre la France et le Portugal tendant à éviter les doubles impositions et à établir des règles d'assistance administrative réciproque en matière d'impôts sur les revenus | 14/01/1971 |
| Convention générale entre la France et le Portugal sur la sécurité sociale, ensemble un protocole général | 29/07/1971 |
| Avenant à la convention générale entre la France et le Portugal sur la sécurité sociale signée le 29 juillet 1971 | 07/02/1977 |
| Accord cinématographique entre la France et le Portugal | 10/10/1980 |
| Accord par échange de lettres entre la France et le Portugal relatif à l'attribution aux membres de la mission culturelle française d'un titre de séjour gratuit | 10/12/1981 |
| Accord entre le gouvernement de la République française et le gouvernement de la république du Portugal en matière de coopération océanologique | 30/03/1982 |
| Accord par échange de lettres entre la France et le Portugal relatif aux indemnités pour charges de famille | 04/05/1988 |
| Accord par échange de lettres entre la France et le Portugal portant interprétation de l'accord su 3 juin 1994 en matière d'impôts sur les successions et les donations | 29/06/1994 |
| Accord sous forme d'échange de lettres entre la France et le Portugal portant modification de l'article 4 de l'accord du 12 juin 1970 (statut des établissements scolaires) | 21/12/1998 |
| | |
| Acordos bilaterais históricos | Vigor |
| Convention relative aux rapports conventionnels entre le Portugal et l'Association internationale du Congo (avantages reconnus au Portugal et aux limites des possessions congolaises et portugaises en Afrique occidentale) | 14/02/1885 |
| Arrangement commercial par échange de lettres entre la France et le | 30/01/1922 |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Portugal | |
| Arrangement commercial entre la France et le Portugal | 04/03/1925 |
| Traité de travail entre la France et le Portugal | 30/04/1940 |
| Protocole additionnel à l'accord du 23 août 1941 relatif aux échanges commerciaux entre la zone française de l'empire marocain et le Portugal | 24/07/1942 |
| Accord commercial entre la France et le Portugal | 01/06/1948 |
| Accord par échange de notes sur la liquidation des biens allemands au Portugal | 16/02/1949 |
| Accord commercial entre la France et le Portugal | 17/11/1949 |
| Accord commercial entre la France et le Portugal | 09/12/1950 |
| Accord commercial entre la France et le Portugal | 21/03/1952 |
| Accord commercial par échange de lettres entre la France et le Portugal | 04/12/1952 |
| Accord de remboursement et d'amortissement entre le gouvernement de la République française et le gouvernement du Portugal | 13/07/1954 |
| Accord entre la France et le Portugal sur les prestations familiales des travailleurs migrants | 30/10/1958 |

Acordos bilaterais históricos findos

Vigor

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Accord commercial entre la France et le Portugal | 13/03/1934 |
| Accord par échange de lettres relatif à la circulation des personnes entre la France et le Portugal | 02/03/1946 |

(Ministère des Affaires Étrangères, 2011).

Anexo B: Formulário de Bolsas de Estudo



EMBAIXADA DE PORTUGAL
PARIS

BOLSAS DE ESTUDO

REGULAMENTO

ARTIGO 1.º

A Embaixada de Portugal em Paris, com o patrocínio do Banco BCP, Banco Espírito Santo et de la Vénétie, Caixa Geral de Depósitos, Companhia de Seguros Fidelidade, Empresa INAPA e Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, abre um concurso de bolsas de estudo destinadas a filhos de cidadãos portugueses residentes em França que frequentam o ensino superior em França.

ARTIGO 2.º

Pretende-se com a atribuição destas bolsas de estudo premiar estudantes de reconhecido mérito facultando-lhes a frequência do ensino superior universitário ou equivalente.

ARTIGO 3.º

A bolsa de estudo, no valor de 1.600 Euros, corresponde a um ano lectivo.

ARTIGO 4.º

São condições essenciais para a candidatura :

- ser de origem portuguesa ou possuir a dupla nacionalidade;
- ser residente, ou filho de nacional residente ou anteriormente residente em França;
- ter completado o ensino secundário, possuindo o diploma do « baccalauréat » (BAC) ou equivalente;
- estar inscrito num estabelecimento francês de ensino superior ou equivalente;
- não beneficiar de qualquer outra bolsa;
- não ser filho de funcionário do Estado português nem de nenhuma das Instituições que patrocinam a bolsa.

ARTIGO 5.º

As candidaturas deverão ser solicitadas e enviadas à Embaixada de Portugal em Paris – 3, rue de Noisiel – 75116 Paris.

ARTIGO 6.º

O impresso para requerer a bolsa, depois de devidamente preenchido, deverá ser acompanhado dos seguintes documentos :

certificado comprovativo de que possui o « baccalauréat » ou equivalente : « relevé de notes du BAC »

certificado da inscrição num estabelecimento de ensino superior

certificado de aproveitamento relativo ao percurso académico realizado após o BAC até à data da candidatura (notas/ avaliações)

certificado emitido pelo estabelecimento de ensino superior frequentado ou pelo CROUS indicando que o candidato não beneficia de bolsa

fotocópias do último « avis d'imposition » dos pais do candidato ou do agregado familiar do próprio (ou folha de isenção), contendo a menção do rendimento anual auferido

fotocópia dos bilhetes de identidade dos pais do candidato

fotocópia da « carte d'identité » ou do bilhete de identidade do candidato

declaração sob compromisso de honra referindo que os pais não são funcionários do Estado português nem de nenhuma das Instituições que patrocinam a bolsa

carta de motivação, escrita em português, na qual o candidato deverá expor o seu projecto profissional

Curriculum Vitae

ARTIGO 7.º

Os interessados deverão apresentar a sua candidatura e os documentos a que se refere o artigo 6.º até ao dia **14 de junho de 2013**.

ARTIGO 8.º

As candidaturas serão apreciadas por um júri composto por :

- Conselheiro Social da Embaixada ou seu representante,
- Conselheiro para o Ensino do Português ou seu representante,
- Um representante de cada uma das entidades patrocinadoras da bolsa.

ARTIGO 9.º

As decisões do júri são irrevogáveis.

ARTIGO 10.º

O montante da bolsa de estudo será posteriormente entregue em data e modalidades a anunciar.

FORMULÁRIO A PREENCHER PELO CANDIDATO E A DEVOLVER À EMBAIXADA

BOLSAS

1 – NOME : _____

Data de nascimento : _____

Morada : _____

Telefone : _____

Email: _____

2 – CASOS A TOMAR EM CONSIDERAÇÃO (a justificar pelo candidato)

† candidato órfão

† pai/mãe viúvo(a), divorciado(a), solteiro(a), criando sozinho um ou vários filhos

† candidato sofrendo de invalidez e necessitando a ajuda de um terceiro

- ↑pai/mãe em situação de doença prolongada, invalidez ou desemprego
- ↑irmão(s) do candidato sofrendo de incapacidade permanente (não tomada a cargo a 100% numa instituição especializada)
- ↑descendente a cargo, vivendo no domicílio, sofrendo de uma incapacidade
- ↑pais regressados a Portugal
- ↑outros casos

3 – CURRÍCULO ACADÉMICO

3.1. BAC ou equivalente (indicar área e ano em que completou) :

3.2. Frequência universitária :

| CURSO | ANOS FREQUENTADOS | ESTABELECIMENTO | BOLSAS OBTIDAS |
|-------|-------------------|-----------------|----------------|
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

4 – A PREENCHER PELO CANDIDATO CASADO OU VIVENDO MARITALMENTE

Nome do cônjuge ou companheiro : _____

Nacionalidade: _____

Data de nascimento: _____

Profissão : _____

Data de casamento ou da união : _____

Número de filhos a cargo : _____

5 – FAMÍLIA DO CANDIDATO

Número de irmãos : _____

PAI

Nome : _____

Nacionalidade: _____

Morada : _____

Profissão : _____

Data de falecimento, separação, divórcio : _____

MÃE

Nome : _____

Nacionalidade: _____

Morada : _____

Profissão : _____

Data de falecimento, separação, divórcio : _____

EMBAIXADA DE PORTUGAL

3, rue de Noisiel

75116 PARIS

Anexo C: Exemplo Ofício de troca de Cartas de Condução



EMBAIXADA DE PORTUGAL
PARIS

Proc. xx,x
30.09.2013

Ministère de l'Intérieur, de l'outre-mer et des
collectivités locales

Direction des libertés publiques et des affaires
juridiques

Sous-direction de la circulation et de la sécurité
routières

Service du fichier national des permis de conduire

Place Beauvau

75800 PARIS CEDEX 08

Je vous fais parvenir, ci-joint, à la demande de l'IMTT, autorité portugaise compétente en matière de permis de conduire, deux (2) permis de conduire français qui ont été échangés pour un permis portugais, relatifs aux conducteurs suivants:

| Nom | N° Permis portugais délivré | Date d'émission | Permis français rendu |
|------------|-----------------------------|-----------------|-----------------------|
| XXXXXXXXXX | L-XXXXXXX | 12-09-2013 | XXXXXXXXXXXX |
| XXXXXXXXXX | L-XXXXXXX | 13-09-2013 | XXXXXXXXXXXX |

L'autorité portugaise sollicite, au cas où un de ces permis français s'avérerait faux ou invalide, de lui en faire le retour en vue du retrait du permis portugais délivré et de l'engagement des poursuites judiciaires prévues par la loi.

Veuillez agréer l'expression de mes sentiments les meilleurs.

La Chargée d'Affaires a.i.,

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

MSB/AR

Anexo D: Exemplo de Ofício de Pedido de Paradeiro



EMBAIXADA DE PORTUGAL
PARIS

N.º

Proc. xx,xx

14.10.2013

Exma. Senhora

xxxxxxxxxxxxx xxxxxx

Cônsul-Geral de Portugal em xxxx

Assunto: Pedido de Paradeiro (Pº xxx/xx.xxxxxxx)

Tenho a honra de junto remeter a V. Exa. cópia do ofício do Tribunal Judicial de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx solicitando informações sobre o atual paradeiro de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com última residência conhecida nessa área consular.

Muito agradeceria a V. Exa. se dignasse mandar habilitar aqueles Serviços e esta Embaixada com as informações tidas por convenientes sobre o assunto.

Com os melhores cumprimentos,

xxxxxxxxxxxxxxxxx

Ministra Conselheira

Anexo F: Página web da Embaixada de Portugal em Paris

← → ↻ www.paris.embaixadaportugal.mne.pt/pt/a-embaixada/quem-somos.html

Conteúdos ▾ Utilizador ▾ Ajuda ▾ Terminar sessão

 **EMBAIXADA DE PORTUGAL EM FRANÇA**
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Portugal, França, Reino Unido

Início A Embaixada ▾ Secção consular ▾ Sobre Portugal ▾ Sobre a França ▾

Início > A Embaixada > Quem somos

Mensagem do Embaixador

Quem somos

Contactar

Notícias

A Embaixada

Embaixador: José Filipe Moraes Cabral

Composição: Departamento Diplomático

Ministra-Conselheira: Dr.ª Ana Paula Moreira

Primeira Secretária: Dr.ª Matilde Salvação Barreto

Primeira Secretária: Dr.ª Lídia Nabais

Departamento Social e Jurídico

André Martins

Jorge Portugal Branco

Conteúdos ▾ Utilizador ▾ Ajuda ▾ Terminar sessão

 **EMBAIXADA DE PORTUGAL EM FRANÇA**
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Portugal, França, Reino Unido

Início A Embaixada ▾ Secção consular ▾ Sobre Portugal ▾ Sobre a França ▾

Início > Sobre Portugal > Economia

Dados gerais

História

Economia

Turismo

Cultura e Língua Portuguesa

Fontes de informação

Economia

Durante a década de 90, Portugal seguiu uma política económica determinada pelos critérios de convergência da União Económica e Monetária (EUM), do que resultou a entrada no país na zona euro em Janeiro de 1999.

Em termos de estrutura da economia, é de salientar o crescente domínio do setor dos serviços, à semelhança, aliás, dos seus parceiros europeus. Em 2011, agricultura, silvicultura e pescas representaram apenas 2,1% do VAB (contra 24% em 1960) e 9,9% do emprego, enquanto a indústria, construção, energia e água corresponderam a 23,3% do VAB e 27,3% do emprego. Os serviços contribuíram com 74,5% para o VAB e representaram 62,8% do emprego.

Para além de uma maior incidência dos serviços na atividade económica, registou-se uma alteração significativa no padrão de especialização da indústria transformadora em Portugal. Modernizou-se, saindo da dependência de atividades industriais tradicionais para uma situação em que novos setores, de maior incorporação tecnológica, ganharam peso e uma dinâmica de crescimento, salientando-se o setor automóvel e componentes, electrónica, energia, farma cêutico e novas tecnologias. Ainda nos serviços, refira-se a importância da posição geográfica de Portugal, usufruindo do clima mediterrânico, moderado pela influência do Atlântico, bem como o significado da imensa costa portuguesa, que apoia uma relevante indústria turística.





Le mot de l'Ambassadeur

Qui sommes-nous?

Contacts

Actualités

L'Ambassade

Ambassadeur: José Filipe Moraes Cabral



Composition : Département Diplomatique:

Ministre Conseiller : Dr^a Ana Paula Moreira

Première Secrétaire : Dr^a Matilde Salvação Barreto

Première Secrétaire : Dr^a Lídia Nabais

Département Social et Juridique :

André Martins

Jorge Portugal Branco

